



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT)
CAMPUS DE PORTO NACIONAL
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

LORENA RIBEIRO DA SILVA

**DIREITOS HUMANOS E A POLÍTICA INTERNACIONAL: O CASO DA GUERRA
CIVIL DO IÊMEN**

PORTO NACIONAL – TO
2019

LORENA RIBEIRO DA SILVA

**DIREITOS HUMANOS E A POLÍTICA INTERNACIONAL: O CASO DA GUERRA
CIVIL DO IÊMEN**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Relações Internacionais, do Campus de Porto Nacional, da Universidade Federal do Tocantins (UFT), como parte das exigências para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Dirceu Marchini Neto

PORTO NACIONAL – TO

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S586d SILVA , Lorena Ribeiro da .
 Direitos Humanos e a Política Internacional: o caso da Guerra Civil
 do Iêmen. / Lorena Ribeiro da SILVA . – Porto Nacional, TO, 2019.
 60 f.

 Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins –
 Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de Relações
 Internacionais, 2019.

 Orientador: Dirceu Marchini Neto

 1. Crise humanitária . 2. Direito Internacional Humanitário. 3.
 Direitos Humanos . 4. Iêmen . I. Título

CDD 320

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

LORENA RIBEIRO DA SILVA

**DIREITOS HUMANOS E A POLÍTICA INTERNACIONAL: O CASO DA GUERRA
CIVIL DO IÊMEN**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Relações Internacionais, do Campus de Porto Nacional da Universidade Federal do Tocantins (UFT), como parte das exigências para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais. Aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: ____/____/____.

Banca examinadora:

Professor Dr. Dirceu Marchini Neto – Universidade Federal do Tocantins
(Orientador)

Professora Dr.^a Fabiana Scoleso – Universidade Federal do Tocantins
(Examinadora)

Professor Dr. José Pedro Cabrera Cabral – Universidade Federal do Tocantins
(Examinador)

Dedico esta obra à minha família.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela minha vida, por seu infinito amor e por sempre me confortar nos momentos mais difíceis, sem Ti eu nada seria.

Aos meus pais Gilmar e Neide e minha madrasta Sormanny pelo incentivo e apoio no decorrer de toda minha trajetória acadêmica, vocês foram essenciais no meu desenvolvimento e educação, devo tudo a vocês.

Aos meus irmãos de sangue e de coração pelo convívio, palavras de conforto, carinho, apoio e amor.

A toda minha família pelo apoio, pois sempre me encorajaram e incentivaram a alcançar meus objetivos.

Às minhas amigas pelos momentos de descontração e companheirismo, que muitas vezes eu precisei. Vocês foram essenciais para a execução desse trabalho.

À Universidade Federal do Tocantins pelo acolhimento e aos professores maravilhosos que eu tive o prazer de adquirir conhecimento por intermédio deles.

Agradeço imensamente ao meu orientador Dirceu Marchini, por acreditar no meu potencial e me ajudar na execução desse trabalho.

E eu não poderia deixar de agradecer a uma das pessoas que mais colaborou para que eu não desistisse e desanimasse no decorrer de todo o curso, que me estendeu a mão sempre que precisei e estava sempre pronto para me ajudar me mostrando assim que eu sou capaz de conseguir o que eu quiser. Você tem um lugar especial no meu coração, Guilherme.

“A indiferença é o peso morto da história. É a bala de chumbo para o inovador, é a matéria inerte em que se afogam frequentemente os entusiasmos mais esplendorosos, é o fosso que circunda a velha cidade e a defende melhor do que as mais sólidas muralhas, melhor do que o peito dos seus guerreiros, porque engole nos seus sorvedouros de lama os assaltantes, os dizima e desencoraja e às vezes, os leva a desistir de gesta heroica”.

Antonio Gramsci

RESUMO

Na contemporaneidade, onde tem se observado cada vez mais o aumento de conflitos armados internos, um combate em curso que tem suas raízes na primavera árabe será estudado neste trabalho. A população do Iêmen, país localizado no Oriente Médio, sofre com a guerra do atual governo, apoiado por uma coalizão militar liderada pela Arábia Saudita, contra uma milícia rebelde proveniente da família Houthi. Por se tratar de um conflito ainda em curso a delimitação temporal deste estudo será do início da referida guerra em 2015 até 2019. O governo de Hadi bem como seus apoiadores, denunciam o envolvimento do Irã na guerra dando auxílio aos rebeldes, fato esse que é negado pelas partes. O contexto histórico antecedente à guerra é evidenciado para demonstrar os principais acontecimentos relevantes e para compreender os motivos pelos quais o país está em guerra. O objetivo desse trabalho é o de expor as violações dos direitos humanos da população civil na guerra, principalmente pelo governo que tem o dever de proteger os cidadãos dentro do território iemenita. Ainda, serão apontadas as violações ao Direito Internacional Humanitário bem como as desvantagens de um sistema internacional pautado nas diretrizes do neoliberalismo no ápice da globalização.

Palavras-chave: Crise Humanitária; Direito Internacional Humanitário; Direitos Humanos; Iêmen.

ABSTRACT

In contemporary times, where the increase of internal armed conflicts has been increasingly observed, an ongoing combat that has its roots in the Arab spring will be studied in this work. The people of Yemen, a country located in the Middle East, suffer from the war of the current government, backed by a military coalition led by Saudi Arabia, against a rebel militia from the Houthi family. As this conflict is still ongoing, the temporal delineation of this serious study from the beginning of the war in 2015 to 2019. The Hadi government and its supporters denounce Iran's involvement in the war by giving aid to the rebels. denied by the parties. The historical context preceding the war is evidenced to demonstrate the main relevant events and to understand the reasons why the country is at war. The purpose of this paper is to expose the human rights violations of the civilian population in war, especially by the government that has a duty to protect citizens within Yemeni territory. In addition, violations of international humanitarian law will be pointed out, as well as the disadvantages of an international system based on the guidelines of neoliberalism at the height of globalization.

Keywords: Humanitarian crisis; International humanitarian law; Human rights; Yemen.

LISTA DE FIGURAS E FOTOGRAFIAS

Figura 1 – Mapa político do Iêmen (atual).....	23
Figura 2 – Mapa do Iêmen antes da Unificação.....	29
Figura 3 – Cronograma do conflito.....	34
Fotografia 1 – Escola alvo de bombardeamento aéreo.....	43
Fotografia 2 - Símbolo da fome na Guerra no Iêmen.....	44

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Aplicação do DIH.....	40
----------------------------------	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Venda de armas Arábia Saudita 2015-2016.....	35
Gráfico 2 – Vendas de armas Emirados Árabes Unidos 2015-2016.....	36

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUDH – Auto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos

CIA – Central Intelligence Agency

DH – Direitos Humanos

DIH – Direito Internacional Humanitário

Doc. – Documento

Ed./ed. – Edição

EUA – Estados Unidos da América

GEE – Grupo de Especialistas Eminentes Internacionais e Regionais Independentes
no Iêmen

nº – número

ONU – Organização das Nações Unidas

ORH – Operação Renewal of Hope

p. – página

pp. – páginas

RAI – República Árabe do Iêmen

RDPI – República Democrática Popular do Iêmen

RI – Relações Internacionais

SI – Sistema Internacional

Vol. – Volume

Vols. – Volumes

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 POLÍTICA INTERNACIONAL, INTERDEPENDÊNCIA E NEOLIBERALISMO.....	15
2.1 Interdependência dos estados.....	16
2.2 O Iêmen no Contexto da globalização neoliberal.....	22
3 A GUERRA CIVIL ATUAL DO IEMÊN: 2015 – PRESENTE.....	28
3.1 Antecedentes à guerra.....	28
3.2 Os rebeldes Houthi – Ansar Allah.....	30
3.3 Início da guerra.....	33
3.4 Coalizão saudita.....	35
4 VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NA GUERRA CIVIL IEMENITA.....	38
4.1 Violações ao Direito Internacional Humanitário.....	39
4.1.1 Ataques a civis.....	41
4.1.2 Acesso restrito.....	43
4.1.3 Detenções arbitrárias, desaparecimentos forçados, tortura e maus-tratos.....	45
4.2 Responsabilidade Penal.....	46
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS.....	50

1 INTRODUÇÃO

Na hodiernidade, a maioria dos conflitos armados são de caráter não internacional. Nesse tipo de conflito, as forças armadas de um governo e grupos armados organizados não estatais, ou seus membros, se enfrentam. Uma das características de tais combates é que em geral, participam pessoas familiarizadas com história política e econômica, organização social, cultura e costumes de cada parte. Infelizmente, estes enfrentamentos também são caracterizados por extrema brutalidade que, com muita frequência, acompanha a luta entre aqueles que têm origens comuns ou compartilhadas. Tais conflitos que correm à margem da sociedade são nomeados de “guerras civis”, porém muitas vezes estes combates podem alargar-se para conflitos de caráter regional e até mesmo internacional.

A solução de controvérsias pela força física é evidenciada no Iêmen, que em regra de Direito Internacional Humanitário, o conflito é caracterizado como “misto” devido aos processos de intervenção de outros países como a Arábia Saudita na guerra. Neste contexto, o presente trabalho analisou a condição da população civil do país, em caráter de violação dos direitos inerentes à pessoa humana. A temática se faz relevante para as Relações Internacionais devido a guerra ser o tema central de tal área acadêmica, e por tratar também de assuntos como globalização e Direito Internacional.

O objetivo geral do trabalho é o de expor o caos da guerra iemenita, pois o conflito tem sido descrito como “guerra esquecida”, que está gerando um custo humano gigantesco para a população, o que conduz ao questionamento de que se as medidas cabíveis estão sendo tomadas internacionalmente. E para complementação procurar-se-á responder à seguinte pergunta de pesquisa: As normas de Direito Internacional Humanitário estão sendo suficientes para atenuar o caos das investidas beligerantes no Iêmen?

A revisão bibliográfica foi utilizada para situar teoricamente as condições nas quais o Iêmen possui relevância no espectro internacional, visto que ele é considerado um dos países mais pobres da península arábica, e por meio de fontes jornalísticas apresentou os principais fatos ocorridos durante o conflito, visto que a revisão de imprensa foi utilizada devido a guerra ainda estar em curso e porque a maior parte dos trabalhos acadêmicos são escritos em língua árabe dificultando a

compreensão, para então a partir do método de estudo de caso buscar responder de fato à pergunta de pesquisa levantada.

A metodologia empregada no trabalho foi método qualitativo, apresentada por Christian Laville e Jean Dionne (1999) a fim de interpretar as questões abordadas pelas bibliografias revisadas de diversos autores, criando um contexto que ajude a entender os processos pelos quais o Iêmen passou até chegar à situação de guerra em curso. A ênfase da metodologia bibliográfica buscou trazer o espectro teórico da política das RI sob a ótica da teoria do Neoliberalismo (Keohane e Nye Jr.) e também do Direito Internacional (Mazzuoli e Santos) que aborda a temática da guerra.

O estudo de caso é importante, porque a partir dele foram evidenciadas as condições social e humanitária da sociedade iemenita, sendo usado como fonte principal o relatório do Grupo de Especialistas Eminentes Internacionais e Regionais Independentes no Iêmen, do Alto Comissariado das Nações Unidas que fornece informações sobre as atrocidades cometidas em desrespeito à sociedade do Iêmen e às normas de Direito Internacional Humanitário.

O trabalho foi dividido em introdução, três capítulos de desenvolvimento e as considerações finais.

O primeiro capítulo trata da questão do poder nas Relações Internacionais procurando contextualizar os efeitos da Interdependência dos Estados em países com pouco desenvolvimento como o Iêmen e o quanto tal interação pode ser desvantajosa. Exposto pela ótica da Teoria Neoliberal com foco na Interdependência Complexa. O segundo capítulo procurou situar o Iêmen histórico politicamente, devido aos antecedentes permearem no contexto da atual guerra, bem como o decorrer dos acontecimentos desde o início do conflito em março de 2015, identificando os atores e seus interesses. O terceiro capítulo contém o estudo de caso, onde enfatiza o reflexo do conflito na sociedade civil, apontando quais são as violações do Direito Internacional Humanitário são evidentes bem como seus atores, discutindo ainda sobre a efetividade do sistema jurídico internacional. Nas considerações finais foram evidenciados os balanços dos questionamentos feitos durante o decorrer do trabalho.

2 POLÍTICA INTERNACIONAL, INTERDEPENDÊNCIA E NEOLIBERALISMO

Nas relações internacionais há uma série de teorias que buscam aclarar a política internacional, tendo o poder como um fator dominante nas relações estatais e sociais, principalmente em tempos de guerra, estando sempre exposto nos âmbitos internacional e nacional. O objeto de pesquisa deste trabalho é o Iêmen, que segundo a BBC (2018) é o país mais pobre do mundo árabe, que sofre com a guerra do atual governo contra rebeldes desde 2015, porém o conflito não se resume a essas duas partes, mesmo sendo um combate interno, o conflito também é visto como uma disputa de poder regional entre a sunita Arábia Saudita que lidera uma coalizão de apoio ao governo internacionalmente reconhecido do Iêmen junto a outros países e apoiados pelos Estados Unidos da América, e do outro lado o xiita Irã, que supostamente dá assistência aos rebeldes Houthi com armamento e treinamento. Ambas as partes possuem grande influência, intensificando as consequências da guerra como as violações de direitos humanos.

Nesse caso como Nye (2009, p.250) aponta, “os conflitos são como jogar xadrez em diversos tabuleiros ao mesmo tempo”, a interferência de tais atores internacionais na guerra, e não somente destes expostos anteriormente, revela interesses dos mesmos (geralmente econômicos, religiosos, políticos e estratégicos) que de certa forma temem o possível resultado do conflito, gerando uma busca pelo poder e apoiando a parte a qual mostra mais favorecimento para as inclinações desejadas por estes demais Estados.

A fim de explicar e compreender os processos de interação e cooperação dos Estados, o presente capítulo será analisado pela ótica da teoria Neoliberal de Relações Internacionais, destacando a complexidade das relações de interdependência no sistema internacional, e procurando identificar se no contexto da referida guerra os pressupostos neoliberais são eficazes. Partindo do pressuposto de que o Iêmen é um país com condições financeiras precárias, será analisado se a teoria abarca a realidade do mesmo.

Robert Keohane (1986; 1989, apud JUNQUEIRA E CAMARGO, 2013) e demais autores, sustentaram por meio da teoria Neoliberal de Relações Internacionais, que os Estados não atuam mais de maneira homogênea no Sistema Internacional, devido à criação e influência de novos atores, políticas transnacionais, organizações internacionais, grandes corporações, organizações

não governamentais e sindicatos, gerando novas redes de interdependência no cenário mundial.

Dessa forma Keohane ao tratar da ascensão de novos atores no meio internacional, mascara que o neoliberalismo ampara Estados e empresas hegemônicas, o que não é o caso do Iêmen, porque exploram os países pobres, no intuito de apropriar dos recursos naturais, e só beneficia a elite dos países explorados, fazendo com que o capital seja mais concentrando nessas minorias. Assim sendo, a globalização comercial e o capitalismo desmedido colaboram com a desigualdade no mundo. Deste modo a população dos países frágeis economicamente tende a se unir em revolta aos líderes corruptos, a fim de evitar a intervenção dos atores hegemônicos. Os Houthis no Iêmen são um exemplo da população insatisfeita com a política internacional pautada nas diretrizes do Neoliberalismo.

2.1 Interdependência dos Estados

A Interdependência como teoria de Relações Internacionais (RI), é uma das que estudam o vínculo de poder no Sistema Internacional (SI). Realismo e liberalismo são teorias clássicas que sempre estiveram em debate e que viabilizam subvenções com o intuito de tentar entender as relações internacionais. A teoria da interdependência visa compreender as circunstâncias em que as democracias desenvolvem redes de cooperação que propiciam o nascimento de instituições internacionais, entretanto por causa de tal interdependência, as questões internas e externas sempre se misturam, fazendo com que os conflitos fiquem mais complexos.

Em um contexto teórico compreendido no espaço entre Neorrealismo e Neoliberalismo, é elaborada por Robert Keohane e Joseph Nye a teoria da Interdependência Complexa, que de acordo com Jackson e Sorensen (2013), muda a divisão estabelecida anteriormente na análise das relações internacionais sobre a “Política Superior” (high politics) e a “Política Inferior” (low politics). A primeira consiste nas relações entre Estados e sistema internacional; a segunda trata de questões sociais e econômicas. Na nova visão proposta por Keohane e Nye, esses dois tipos de política das RI não podem mais ser observados assim em razão de:

Primeiro, as relações atuais entre os Estados não são somente ou basicamente interações entre líderes de Estados; há relações em níveis muito variados por meio de múltiplos atores e de diversos departamentos de governo; segundo; há um grande número de relações transnacionais entre indivíduos e grupos externos ao Estado; e, além disso, a força militar é um instrumento de política menos útil sob condições de interdependência complexa (JACKSON E SORENSEN, 2013, p. 157).

Desta forma, os Estados passaram a usar outros meios para garantir alianças e cooperação a fim de estabelecer seus próprios interesses, como o uso da força militar não era mais um meio tão viável, fez com que novos atores internacionais fossem incorporados ao cenário internacional com o intuito de intermediar ações de cooperação e interesses estatais. Freire (2012) expõe que a teoria foi inicialmente anunciada por Viotti e Kauppi, e que segundo eles, por meio das relações de interdependência entre os atores internacionais, é possível que os mesmos causem certa influência, agindo transnacionalmente, essa ação foi possível devido ao processo de globalização desde a década de 1990, onde havia uma ideia de mundo cosmopolita, por meio de que o que ocorre no mundo gera influência no SI. Ainda segundo ele, isso foi resultado da internacionalização do processo produtivo, refletindo em inúmeras áreas de relação, principalmente econômica.

Para Keohane e Nye (1988), pela Interdependência complexa, o Estado observa nas instituições internacionais um ator capaz de sistematizar as relações, ao passo que nessas instituições os líderes podem executar a diplomacia e as relações interestatais em diferentes níveis. As instituições põem em prática as relações entre os Estados e são capazes de respaldar a firmeza entre eles, mesmo que o sistema internacional seja anárquico.

No que tange à ciência política, o desafio é o de tentar aparelhar conceitos tradicionais de democracia, cidadania e soberania, e quais efeitos isso provocará, sendo que há um dilema entre a crescente diferenciação cultural da sociedade civil e os processos políticos transnacionais, como o Iêmen é um país árabe consequentemente difere culturalmente dos países ocidentais como os Estados Unidos por exemplo. As relações de interdependência têm se intensificado e isso gera o conflito de perspectiva de tais conceitos, de como eram vistos nos séculos XVIII, XIX e XX. A intensificação das relações entre os Estados gerou um debate mais complexo em relação às decisões políticas que serão tomadas, Keohane e Nye nomearam essa relação de Interdependência Complexa, exatamente pela

complexidade da nova configuração da política mundial. (NOGUEIRA E MESSARI, 2005, p.84).

Nye (2002) enfatiza que, ainda que os Estados abranjam grande realce na política internacional e que antes comandavam, agora passam a fragmentar seu poder na arena internacional com os demais atores. Porém, não se deve subestimar o poder estatal, uma vez que há grande influência deles sobre os demais agentes internacionais. Di Sena (2003) adota que a força normativa dos novos atores é insuficiente para que suas vontades sejam impostas com muita força dentro de um Estado, devido a soberania que o governo advém, porém é possível influenciar bastante as decisões que serão tomadas.

Nogueira e Messari (2005) argumentam que a teoria da Interdependência Complexa é uma vertente Neoliberal de Relações Internacionais que retoma por uma ótica reformada às premissas do Liberalismo, uma das mais relevantes correntes teóricas das Relações Internacionais, mas ao mesmo tempo, admite em sua base de estudos, questões inerentes ao Realismo e Neorrealismo, discutindo suas ideias no mesmo ambiente estrutural anárquico proposto pelo Neorrealista Kenneth Waltz. Os autores Neoliberais se valem das ideias Neorrealistas de anarquia internacional e do Estado como ator unitário, e têm uma visão não otimista acerca de sua natureza.

Para os neoliberais, Estados soberanos são, assim como para os neorrealistas, atores egoístas, ou seja, orientados para a realização de seus interesses individuais, e não pelo altruísmo baseado em alguma ideia sobre a natureza comum da humanidade. Ocorre que, na anarquia, frequentemente, os Estados não conseguem realizar ao máximo seus interesses justamente porque não têm informação suficiente sobre como os demais Estados reagirão a suas ações (NOGUEIRA E MESSARI, 2005, p. 91).

Em decorrência dos aspectos derivados de premissas Realistas, o que afasta os Neoliberais do Idealismo, é alvitre uma nova visão para a iniciativa de cooperação entre Estados. Os autores da teoria enunciam que os pensadores Neoliberais mantêm a ideia de possibilidade de progresso e mudança, mas se distanciam das utopias do Liberalismo anterior.

Robert Keohane e Joseph Nye publicaram dois clássicos importantes relacionados à Interdependência dos Estados: *'Transnational Relations and World Politics'* publicado em 1971, e *'Power and Interdependence: World Politics in Transition'*, de 1977 onde mostram que o caráter do sistema internacional estava

sendo mudado devido aos processos transnacionais. A interdependência traz a ideia de que o poder internacional tem várias proporções, e que não era mais possível que as relações internacionais fossem estudadas com foco apenas na segurança dos Estados e que novos atores deveriam ser incorporados à análise. Keohane e Nye alegam que a interdependência está longe de ser um fenômeno neutro e que pode ser usado como ferramenta de poder (NOGUEIRA E MESSARI, 2005, p.81).

Como seria o mundo se três pressupostos básicos do realismo fossem invertidos. Esses pressupostos são que os estados são os únicos protagonistas importantes, a força militar é o instrumento dominante e a segurança é a meta dominante. Ao contrário, podemos postular uma política mundial muito diferente: 1) os estados não são os únicos protagonistas importantes – protagonistas transnacionais atuando através das fronteiras de estados são os maiores agentes; 2) a força não é o único instrumento importante – a manipulação econômica e o uso de instituições internacionais são os instrumentos dominantes; e 3) a segurança não é a meta dominante – a guerra é a meta dominante. Podemos rotular esse mundo antirrealista de interdependência complexa (KEOHANE; NYE JR., 1988, p. 264, apud CADEMARTOR, 2016).

Para Nogueira e Messari (2005), no meio internacional proposto pela teoria da Interdependência Complexa, todos os Estados passam a ser vistos como relevantes para o Sistema Internacional, posto que eles estejam inseridos na teia de interdependência proposta pela teoria. Mesmo os Estados mais pobres têm seu grau de relevância, como é o caso do Iêmen, pois por mais pobres que sejam, esses Estados estabelecerão relações comerciais, culturais e sociais com os demais, influenciando-os de alguma maneira. De tal forma, todos os países e instituições com os quais o Iêmen exerça relações, o influenciará e ao mesmo tempo aumentará seu poder de influência no espectro internacional. Sendo assim, a cada contato externo realizado no âmbito estratégico iemenita, maior será sua capacidade de se impor no Sistema Internacional de forma competitiva.

Desse modo os impactos econômicos de uma tomada de decisão de um país próximo ou às vezes até do outro lado do mundo, poderiam ser bastante desvantajosos para os países envolvidos na questão, por isso é possível evidenciar o envolvimento de diversos Estados na atual guerra do Iêmen. Para Keohane e Nye (1988), a interdependência é um acontecimento que gera custos para os atores do sistema internacional. Sarfati (2005) demonstra que a contemporânea conjuntura mundial de poder onde a interdependência acareia ao realismo, há o pensamento compartilhado por Keohane e Nye da teoria da Interdependência Complexa que tem

como característica os múltiplos canais entre as sociedades; onde o Estado não é o único ator internacional, havendo a existência de múltiplos atores; gerando inúmeros assuntos que não estão organizados de forma hierárquica; e pela vanidade da ameaça ou do uso da força pelos Estados:

(1) a primeira afirma que os Múltiplos Canais conectam sociedades. Esses canais são mostrados em três atos: interestatais, transgovernamentais e relações transnacionais, ou seja, qualquer ato bilateral ou multilateral que seja interestatal, transgovernamental ou uma relação transnacional, independente do ator que a exerça, será uma ação característica dos Múltiplos Canais; (2) a segunda característica da Interdependência Complexa diz que a agenda das relações interestatais não está organizada de maneira hierarquicamente clara, isso quer dizer que a segurança militar não, necessariamente, é o tema dominante da agenda, a questão da agenda vai depender de acordo com o grau de interesse que o tema traz para os Estados; (3) a terceira e última característica é definida pela não utilização da força militar de um governo em direção a outro ator quando a Interdependência Complexa prevaleça na região de interesse deste Estado. Nye e Keohane exemplificam que uma questão econômica entre parceiros não é interessante de ser resolvida militarmente, porém, a força militar de um governo direcionado a outro pode ser utilizada de forma interessante na condição que esse ato seja focado em um bloco ou ator rival (MARTINELLI, 2016, pp. 67-68).

As crescentes questões contemporâneas de tecnologia e migração são catalisadoras da interdependência, pois aumentam no nível do indivíduo as relações transnacionais, entrelaçando cada vez mais normas, costumes e elementos culturais de Estados distintos.

No âmbito da Interdependência complexa, o Estado observa nas instituições internacionais um ator internacional capaz de sistematizar as relações, ao passo que nessas instituições, os líderes podem exercer a diplomacia e as interações entre Estados em níveis mais elaborados. As instituições materializam as relações interestatais e são capazes de ancorar a confiança entre Estados em um sistema anárquico.

Antes da década de 1970 as relações internacionais eram feitas pelos líderes de Estado, por isso o uso da força era iminente, todavia atualmente há relações em diferentes níveis e atores, incluindo os departamentos do governo que há grandes relações de grupos externos ao governo como as organizações não governamentais e os indivíduos.

Externamente, a preocupação com relação à segurança estava ligada com a possibilidade de guerra, os recursos militares eram a forma que os Estados tinham para proteger sua soberania e o seu território. Os ativistas e alguns intelectuais

intrínsecos aos novos debates, dizem que as políticas de segurança e desenvolvimento devem ser centradas na comunidade abaixo do nível do Estado, pois se faz necessário para que haja resguardo dos direitos das pessoas, sendo estes por meio da proteção de violências físicas e políticas de desenvolvimento. Ole Weaver enfatiza que era necessário,

mudar de um conceito de segurança focado exclusivamente no Estado (segurança nacional) para um conceito mais alargado ou alternativo que enfatiza a segurança do povo, tanto como indivíduos como coletividades globais ou internacionais (WEAVER, 1995, p. 47).

Como a interdependência significa uma dependência mútua, “situações nas quais os protagonistas ou os acontecimentos em diferentes partes de um sistema afetam-se mutuamente” (NYE JR., 2009, p. 250-251), o que acontece em outros países impacta pessoas e governos de países diferentes, por isso há um estreitamento nas relações entre os Estados. O poder por meio de força militar e de expansão territorial estavam diminuindo os benefícios para os Estados mais industrializados, para Rosecrance (1999) essa mudança estava relacionada à modernização.

É notório que as relações políticas, comerciais e afins são concedidas de certo interesse pelos Estados, mas como tais relações são balanceadas? O fruto gerado pela interdependência engendrada pelo sistema internacional é recíproco entre os países? E em tempos de guerra, o que leva um Estado a apoiar o outro? São perguntas bastante complexas e com certeza em cada caso as respostas são diferentes, por isso, no geral ao se falar em dependência mútua, pode estar referindo ao poder político, social ou econômico, no qual a interdependência gera custos além de benefícios e tais custos são elevados, (estão relacionados em como o(s) Estado(s) ficam após tal interdependência), mas que de certa forma é recíproco, o que não significa que os benefícios serão os mesmos para as partes (KEOHANE; NYE, 1988). A interdependência mistura assuntos nacionais e estrangeiros, originando coligações de alta complexidade, com padrões de conflito mais arrevesados e um arranjo diferente dos ganhos.

Para a maioria dos teóricos a interdependência colaborou para que os conflitos violentos fossem estimulados entre os Estados, e não descartam a possibilidade de haver corridas armamentistas novamente, mesmo que para eles o

uso dessa alternativa seja muito pequeno devido aos interesses internacionais. Contudo a guerra ainda é evidente e atual em países menos desenvolvidos como é o caso do Iêmen, mesmo estes sendo também “Estados comerciantes”, mas numa escala menor. Segundo Roseane os níveis de desenvolvimento nesses países são baixos acarretando na baixa da interdependência nessas regiões, mas mesmo assim não sendo nula (JACKSON E SORENSEN, 2013).

De acordo com o ponto de vista de Patrick Cockburn (2016), os recursos naturais dos países do Oriente Médio em especial o Iêmen, são um atrativo para que países ocidentais interfiram nos assuntos econômicos da região. Nesse contexto de guerra iemenita, é possível evidenciar o aumento dos conflitos que a Interdependência dos Estados pode gerar, a partir dos pressupostos de mutualidade da teoria, os países menos desenvolvidos podem acabar não sendo tão beneficiados com a política de livre mercado que o Neoliberalismo defende.

2.2O Iêmen no Contexto da Globalização Neoliberal

Segundo dados da CIA, a população do Iêmen vive à margem da pobreza, por isso, a mídia emprega que o país é considerado um território empobrecido, aludindo a uma ideia de que não há nada de proveitoso na região e que nenhum outro ator internacional pudesse ter intenções em se apropriar dos bens do Estado Iemenita. Porém, o país possui uma grande importância estratégica; produz petróleo, mesmo não sendo em larga escala; ouro; minerais; oleodutos; pesca; agricultura; empresas públicas; dinheiro; grandes imóveis; e um enorme potencial turístico devido à sua localização, além do estreito de Bab al Mandab, uma importante ligação marítima entre o Golfo de Aden e o Mar Vermelho, passando por lá a maioria dos navios petroleiros do mundo. Para a Arábia Saudita a tomada de poder dessa região pelos Houthis, poderia inviabilizar economicamente a região.

Segundo a Central Intelligence Agency (CIA) o Iêmen é um país localizado no Médio Oriente, na fronteira com o Mar da Arábia, o Golfo de Aden e o Mar Vermelho, entre Omã e a Arábia Saudita. É um país montanhoso e possui uma área total com pouco mais de meio milhão de km², sendo ela totalmente terrestre. A população é de 28.667.230 habitantes (est. Julho 2018) sendo que 2,874 milhões (2019) estão em Sanaa, capital do país. Por ser um país de baixa renda, o Iêmen tem dificuldades

para se estabilizar e crescer sua economia, e com problemas de corrupção, subnutrição e desemprego essa situação só piora.

Figura 1 - Mapa político do Iêmen (atual)



Fonte: CIA The World Factbook 2019

O Iêmen possui um papel central nos fluxos econômicos ligados ao petróleo, devido sua localização no estreito de Bab al Mandeb, fazendo ligação entre o oceano Índico e o mar Vermelho. Devido a essa região de passagem, o país está ligado a uma grande parte da carga de gás natural e petróleo, que tem como exportadores os países do Golfo Pérsico indo em direção aos Estados Unidos e Europa, por meio do oleoduto SUMED e Canal de Suez ambos localizados no Egito. O estreito é considerado um dos mais significativos do Oriente Médio e do mundo com estimativa que, por dia, passem 4,7 milhões de barris de petróleo por ele (CASTRO; D'ANGELO, 2019).

Ainda de acordo com a CIA, as indústrias do país são basicamente direcionadas para a produção e refinação de petróleo bruto; produção em pequena escala de têxteis de algodão e artigos de couro; processamento de comida; artesanato; produtos de alumínio; cimento; reparação comercial de navios e produção de gás natural. É um país altamente dependente do petróleo, cujas rendas correspondem a 92% das exportações, o que é um número preocupante ao passo que a produção tem diminuído à medida que os poços se esgotam em decorrência dos conflitos existentes no local. A insegurança alimentar, os altos preços dos alimentos e serviços sociais limitados, são consequências para que o desemprego atinja 16% da população, principalmente os jovens, que acabam se voltando para

atividades ilícitas, como pirataria, tráfico de pessoas e de drogas, a fim de conseguirem melhorar a situação financeira. De acordo com Pear (2018), os EUA e outras potências têm interesse nas riquezas do Iêmen:

Les États-Unis convoitent depuis longtemps les richesses du Yémen. Au milieu des années 1980, la famille Bush et ses amis pétroliers texans de Hunt Oil ont investi dans le bassin pétrolifère de Marib Shabwa au Yémen. Bush a obtenu pour Hunt Oil les droits d'exploration future. L'ancien directeur de la CIA, puis vice-président Bush, s'est arrangé en douce pour que Saddam Hussein, le président de l'Irak, finance les investissements de Bush-Hunt au Yémen. Quelques années plus tard, Bush a 'remboursé' le prêt de Saddam avec l'opération militaire Shock and Awe (PEAR, 2018, p. 07).

Como nos explica Pear (2018), a guerra iniciada no Iêmen pela coalizão saudita em 2015 tem o intuito de proteger o investimento dos EUA em negócios internacionais, o neoliberalismo e o projeto da Nova Ordem Mundial que ele denomina ser “um mundo dominado por multinacionais americanas, instituições financeiras americanas e dinastias familiares americanas ricas” (PEAR, 2018, p. 07). O Neoliberalismo propõe grande liberdade às leis do mercado, limitação da ingerência do Estado na economia, privatização das empresas do Estado, adequação melhorada quanto às políticas internacionais de comércio, autonomia aos capitais internacionais, diminuição de proteção ou incentivos às empresas nacionais. Os cidadãos iemenitas tem se oposto ao Neoliberalismo e defendem a antiga Ordem Mundial. Os iemenitas se rebelaram contra o regime de Ali Abdullah Saleh que durou 33 anos, porque para eles Saleh havia vendido o Iêmen ao Neoliberalismo, e o mesmo aconteceu com o governo interino de Hadi, que planejava vender seus bens públicos com um preço baixo ao império Neoliberal (PEAR, 2018).

A posição estratégica do Iêmen fez com que os EUA considerassem a aproximação com o país um objetivo valioso para sua inserção no Oriente Médio. A recusa iemenita de participar da Guerra do Golfo como aliados estadunidenses, no entanto, esfriou as relações entre os países pela maior parte da década de 90. A reaproximação surgiu no final da década, na forma de um acordo entre a Marinha estadunidense e o governo iemenita para o uso do porto de Aden para reabastecimento. O uso do porto de Aden pelos americanos permitiu à al-Qaeda realizar um ataque a um navio dos EUA, o USS Cole, aportado no local, em 1998. Após o atentado, Washington buscou a reaproximação com Sana'a, este processo se acentuou com os atentados de 11 de setembro de 2001 e o lançamento da Guerra ao Terror pelos EUA (RAUBER et al, 2018, p. 259).

“Os protestos contra a globalização são, em parte, uma reação às mudanças produzidas pela interdependência econômica” (NYE, 2009, p. 250). Para os Houthi quem lucra com o Neoliberalismo são os americanos, devido ao ocorrido da retirada de Hadi da capital iemenita causada pelos rebeldes, os Estados Unidos ficaram descontentes com o rumo que seus negócios na região poderiam tomar. Já a Arábia Saudita também não apreciou o ocorrido, pois tenta explorar o Iêmen há muito tempo. Outros países do Conselho de Cooperação do Golfo estão envolvidos na guerra do Iêmen com esperança de também lucrar dos benefícios gerados pelo conflito, como a venda de armamento que mata e desabriga a população do país.

Deste modo para Sarfati:

Nesse contexto, o tradicional argumento coloca que a interdependência estimula os Estados a se integrarem. Por outro lado, a mesma multiplicidade de agendas e temas faz com que, onde haja a presença tradicional de nacionalidades, comecem a eclodir os movimentos nacionalistas, que são fortalecidos exatamente pela crescente interdependência complexa (SARFATI, 2006, p. 168).

Segundo Gomes Jr. (2007), esta crítica ao pensamento Neoliberal reforça a superação do lema ‘pensar globalmente, agir localmente’ formulado pelo sociólogo Ulrich Beck, visto que as ações globais se tornaram possíveis alternando a visão de mundo juntamente com os limites de tempo e espaço. Uma nova divisão de mundo pode ser evidenciada: uma parcela menor da população tem sido beneficiada pela globalização neoliberal, enquanto a maioria tem sido prejudicada pela ampliação do livre comércio a qualquer custo. O grupo nacionalista Houthi, que é contrário às políticas de governo de Hadi, foi criado a partir da aproximação política de Saleh com os países ocidentais, visto que tal aproximação poderia causar aumento do poder americano na região.

Ainda para Gomes Jr. (2007), na atualidade onde o mundo é considerado globalizado, é possível observar o desrespeito aos Direitos Humanos no cenário político-social. Contemporaneamente, os países desenvolvidos fazem uso de justificativas falsas para submeterem países em desenvolvimento à suas inclinações, alegam estar mantendo a soberania, a ordem e livrando a população de regimes ditatoriais para praticar ações visando apropriar-se dos recursos naturais desses países.

Santos (2006) retrata o lado negativo dos processos de globalização:

De fato, para a grande maior parte da humanidade a globalização está se impondo como uma fábrica de perversidades. O desemprego crescente torna-se crônico. A pobreza aumenta e as classes médias perdem em qualidade de vida. O salário médio tende a baixar. A fome e o desabrigo se generalizam em todos os continentes. Novas enfermidades como a SIDA se instalam e velhas doenças, supostamente extirpadas, fazem seu retorno triunfal. A mortalidade infantil permanece, a despeito dos progressos médicos e da informação. A educação de qualidade é cada vez mais inacessível. Alastram-se e aprofundam-se males espirituais e morais, como os egoísmos, os cinismos, a corrupção (SANTOS, 2006, p.10).

As palavras de Milton Santos expõem exatamente o que está acontecendo no território iemenita. Devido aos processos de globalização países como o Iêmen sofrem com o aumento do desemprego, que acarreta em outros problemas sociais como a fome, diminuição da qualidade de vida e evidência de epidemias.

Em 1945, a Carta das Nações Unidas operacionalizou o princípio de cessar o uso da força no campo das Relações Internacionais, que a partir de então começou a obter o formato contemporâneo. Para que haja a defesa dos direitos humanos, as Nações Unidas apontam que devem existir punições e perseguição penal para aqueles que os violarem (CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945). Todavia, a Comunidade Internacional ainda tem um longo caminho a percorrer para elaborar formas efetivas de salvaguardar os direitos humanos, mas tal diligência da ONU representa um avanço plausível nos conceitos como o de segurança humana que foram criados visando à proteção dos indivíduos. No entanto, as Nações Unidas podem intervir apenas onde há violações de direitos em larga escala, mas geralmente muitos desses acontecimentos ocorrem veladamente, não garantindo assim que a segurança internacional atenda suficientemente a proteção dos indivíduos.

Segundo a Hora do Povo (2018) a Arábia Saudita, que tem o apoio dos Estados Unidos, não obedeceu a recomendação da ONU ao estabelecer um bloqueio total no Iêmen. Inúmeras crianças e civis estão morrendo por causa de doenças, fome e falta de remédios, devido a não entrada de ajuda no país. Vinte milhões de seres humanos estão morrendo de fome nesse momento, causada pelos Estados Unidos e seus representantes na coalizão saudita.

Questões como essa serão profundamente pontuadas em momento oportuno (capítulo 4), onde concernirá na identificação das violações de direitos humanos e seus respectivos autores, a fim de expor o caos da guerra onde o sofrimento da

população civil iemenita é completamente desrespeitado, com ainda denúncias de graves violações ao direito internacional.

Antes disso, no próximo capítulo serão evidenciados os antecedentes históricos mais importantes que culminaram no atual conflito no Iêmen, bem como os acontecimentos no decorrer da guerra no período estudado. Para isto a revisão de imprensa foi utilizada.

3 A GUERRA CIVIL DO IEMÊN: 2015 – PRESENTE

É necessário situar o Iêmen historicamente geograficamente, por ser um país localizado em um continente não vicinal ao Brasil e por suas relações comerciais não serem em grande escala. Um dos motivos da escolha deste tema para realização deste trabalho, é justamente fazer com que aqueles que leiam, aprendam sobre, facilitando assim o entendimento e os motivos pelos quais o país está passando por uma guerra devastadora.

Ainda é de suma importância destacar e identificar os atores envolvidos no combate e os interesses dos mesmos, visto que a interferência externa na guerra atrelada ao uso de armamento em potencial estende o conflito por muito mais tempo que o necessário.

3.1 Antecedentes à Guerra Civil

Segundo o Ministério das Relações Exteriores quanto a República do Iêmen,

Em 1972 e em 1979, ocorreram conflitos armados de pequena escala entre a RAI e a RDPI, durante os quais a RAI contou com apoio saudita. Ao fim de ambos os conflitos, foram assinados acordos prevendo a unificação do Iêmen, objetivo reiterado regularmente pelos dois Estados. Ao longo dos anos 70 e 80, no entanto, negociou-se, sem sucesso, a unificação do país, o que seria possível apenas em 1990, após o rompimento do equilíbrio de forças anterior decorrente do enfraquecimento da RDPI, por divisões internas, e da diminuição do apoio do bloco socialista a Aden, a partir de meados dos anos 80. Além disso, a descoberta de petróleo em região limítrofe entre os dois Estados incentivou a cooperação para sua exploração (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2018 p.41).

Antes da década de 1990 o Iêmen era dividido entre Sul e Norte, sendo o Sul com características mais urbanas e o Norte com aspectos rurais. A maioria da população do país vivia no Norte, com cerca de 18 milhões de pessoas divididas em tribos. Ali Abdullah Saleh era o presidente desde 1978 da República Árabe do Iêmen - RAI (Iêmen do Norte) enquanto Ali Salim al-Baidh presidente da República Democrática Popular do Iêmen – RDPI (Iêmen do Sul).

Figura 2 - Mapa do Iêmen antes da Unificação



Fonte: Wikipedia 2019

Em 22 de maio de 1990 as duas repúblicas unificaram-se formando a República do Iêmen, com vistas a ser um sistema político multipartidário, com direito a propriedade privada, garantia dos Direitos Humanos Fundamentais e igualdade perante a lei. Ali Abdullah Saleh tornou-se o primeiro Chefe de Estado e Ali Salim al-Baidh Chefe do Governo.

A 21 de Maio de 1989, os parlamentos dos dois países ratificam a unificação do Norte e do Sul (...) É eleito um conselho presidencial de cinco pessoas (três nortistas e dois sulistas), presidido por Ali Abdullah Saleh e instaurado um regime pluripartidário, dominado pela aliança entre o Congresso Geral Popular de Ali Saleh e o YSP (GRESH E VIDAL, 2003, p. 178)

Em meio a crescentes tensões após a unificação, o vice-presidente Ali Salim al-Baidh se ausentou dos negócios do governo em Sanaa. Os sulistas pediam a separação do Iêmen e procuraram apoio, pois nenhum país da comunidade internacional reconhecia a república criada por eles, o único apoio que conseguiram foi da Arábia Saudita, pois estava preocupada com suas fronteiras com o Iêmen unificado. Após dois meses de conflito os sulistas foram derrotados e o Iêmen reunificado, fazendo com que altos líderes políticos e militares da RDPI fugissem para o exílio.

A unificação do Iêmen deu-se na década de 1990, após o final da Guerra Fria, tendo o seu período mais estável politicamente durado menos de 20 anos. Em 2011, com o advento dos protestos da Primavera Árabe, a oposição ao governante Ali Abdullah Saleh difundiu-se e foi reprimida veementemente pelas forças nacionais. As críticas da comunidade internacional às medidas repressivas do governo de Saleh e à longa duração de seu governo inflaram o desagrado da população e culminaram na renúncia do presidente em 2014, assumindo interinamente o Vice-Presidente Abd Rabbuh Mansour Hadi, até que uma eleição em seguida o elegeu formalmente (RAUBER et al., 2018 p. 254).

Ali Abdullah Saleh governou o Iêmen até 2012 que devido a uma onda de protestos contra a ditadura dos países árabes foi deposto do cargo. Em seu lugar Raboo Mansour Hadi liderava interinamente. Uma profunda crise político-militar no Iêmen se inicia em meados de 2014, quando os Houthis puseram-se contra aos rumos políticos que o presidente Abdo Raboo Mansour Hadi planejava para o Iêmen, eles tomaram Sanaa, capital do país, com o intuito de depor o presidente.

3.2 Os rebeldes Houthis - Ansar Allah

De acordo com a BBC (2004), um grupo Zaidita originado da província de Sadaa, que faz fronteira com a Arábia Saudita ao norte, chamado Ansar Allah, mais conhecido popularmente como os Houthis, lideraram uma sublevação a princípio de baixo nível em 2004 contra o governo internacionalmente reconhecido do Iêmen de Ali Saleh, e ainda de acordo com o Refword (2008) e o Global voices (2015), isso aconteceu logo após o líder dos rebeldes, Hussein Badreddin al-Houthi morrer em uma coibição beligerante do governo. O Brookins (2017) e Wall Street Journal (2015) afirmam que a revolta começou com protestos contra as políticas empregadas pelo governo.

O conflito se intensificou e proveu um aumento significativo logo após os anos 2000, acordos de paz foram discutidos, porém desconsiderados pelas partes envolvidas segundo a Utsandiego (2007) e Seattle Times (2007). A Al Jazeera (2010) e o Washington Post (2015) apontaram que a rebelião do grupo Houthi foi se intensificando por volta de 2009, o que impulsionou a Arábia Saudita a novamente se aliar ao governo iemenita por precaução e por medo das consequências posteriores que a sedição poderia causar, contudo a intenção do Estado vizinho ao Iêmen deu uma esfriada devido a assinatura de um cessar fogo entre o governo e os rebeldes.

Conforme apontado pela CNN (2011), o novo líder Houthi Abdul-Malik al-Houthi no decurso da Revolução do Iêmen em 2011 impulsionada pela Primavera Árabe, anunciou que apoiaria os manifestantes no que correspondia à renúncia do então presidente Ali Saleh. Assim o grupo Houthi conseguia mais espaço e apoio com vistas a ocupar a capital Sanaa, isso de acordo com a Al-Akhbar (2011).

Segundo a Bloomberg (2012) houve um boicote às eleições presidenciais do Iêmen no ano de 2012, o objetivo inicial da eleição era fazer com que Abdrabbuh

Mansur Hadi tomasse o poder por um mandato de dois anos, porém os rebeldes Houthi eram contra tal intervenção, participando assim de uma Conferência Nacional de Diálogo, todavia o mandato de Hadi foi prorrogado para mais um ano.

O Yemen Times (2014) enfatiza que as tribos do norte juntamente com os Houthis, geraram mais conflito contra o sul do Iêmen, espalhando também para outras províncias, dentre elas a de Sanaa, por volta de 2014. Algumas semanas de protesto nas ruas foram evidenciadas contra o governo de Abdrabbuh Mansur Hadi, devido aos cortes feitos por ele para alimentar subsídios que não eram em prol da população iemenita, em resposta a isso, os Houthi enfrentaram as forças do Exército do Iêmen que tinha como comandante Ali Mohsenal-Ahmar. De acordo com o Middle East Eye (2014), em setembro de 2014, depois de alguns dias de combate, os rebeldes conseguiram tomar o poder de Sanaa, capital do Iêmen. A Al Arabiya (2014) e Reuters (2014) noticiaram que houve uma tentativa por parte dos Houthis para negociar um acordo pondo fim à violência, porém o mesmo foi negado pelo governo, assim o grupo ganhou um nível sem precedentes de influência sobre políticas estatais e instituições.

Assim, em 2014, o movimento tinha conseguido beneficiar da fraqueza do Estado e do descontentamento popular face a algumas medidas impopulares de Hadi (que seguia as ordens das instituições financeiras internacionais), apresentando-se como uma nova força política anticorrupção e conseguindo expandir o seu apoio popular, bem como o controle territorial a Norte. (SILVA, 2018, p.37)

O The Economist (2015) noticiou que, em janeiro de 2015, os Houthis apontaram-se insatisfeitos com a proposta feita pelo governo em dividir o país em seis regiões federais, como resposta eles apreenderam o complexo presidencial em Sanaa. Isso gerou a renúncia do presidente Abdrabbuh Mansur Hadi e de seus ministros. Em seis de fevereiro de 2015, o líder político Houthi anunciou a anulação do parlamento e a formação de um Comitê Revolucionário para governar o país.

Segundo relatos da CNN (2015), Al Jazeera (2015) e Star Online (2015), após os rebeldes Houthi tomarem o poder da capital Sanaa, eles confinaram Hadi em sua residência, porém o presidente conseguiu fugir e foi direto para Aden anunciando assim a cidade como capital provisória do Iêmen, onde por meio de um discurso televisionado declarou que a posse dos rebeldes da capital Sanaa era ilegítima e anunciou que continuava sendo o presidente legítimo do país. Ele ainda relatava que

Ali Abdullah Saleh, era amplamente suspeito de ajudar os rebeldes no momento da aquisição de Sanaa.

Depois do controlo do norte, e em reação ao plano federal de seis regiões, os Huthis cercam Sanaá em agosto de 2014. Através do uso de “táticas estratégicas de escalada” não violentas e graças à sua aliança com Saleh e a um aparente erro de cálculo de Hadi, a 21 de setembro os Huthis conseguem efetivamente ocupar a capital. Nesse mesmo dia é assinado um acordo – Peace and National Partnership Agreement – com concessões por parte do governo em troca de um cessar-fogo e retirada dos Huthis da capital. Contudo, o cessar-fogo não foi respeitado, os Huthis não cumpriram a sua parte do acordo, exigiam ainda mais concessões de Hadi e tomaram o controlo de diversos ministérios, incluindo o da defesa, e da sede de televisão nacional (SILVA, 2018, p.38).

Há bastante tempo os Houthis são acusados de serem aliados do Irã, pelo fato de que ambos seguem o islã xiita. Segundo informações da BBC (2015), os EUA e a Arábia Saudita acusam o Irã de enviarem armas e treinamento aos Houthis, porém essa afiliação militar é negada por ambas as partes. De acordos com a Reuters (2014), o único apoio que o líder supremo do Irã Ali Khamenei reconheceu para com os rebeldes, foi seu apoio espiritual em uma reunião pessoal em Teerã em 2019 em decorrência de conflitos travados em Aden.

O Washington Times (2013) noticiou que o governo do Iêmen teve um apoio internacional significativo das monarquias dos Estados Unidos e do Golfo Pérsico. Regularmente os EUA atacavam com drones a Al Qaeda na Península Arábica durante a presidência de Hadi em Sanaa. Eles também forneciam armas para o governo iemenita, embora de acordo com o Pentágono, muito dinheiro desse armamento tenha sumido desde que foi entregue (Washington Post 2015). A agência de notícias Reuters (2014) afirma que a Arábia Saudita também forneceu ajuda ao Iêmen até o final de 2014, todavia ao contrário dos EUA, o apoio era financeiro. Porém tal apoio foi suspenso em meio à aquisição de Sanaa pelos Houthis e o aumento de influência sobre o governo iemenita. Segundo a Anistia Internacional (2016), o Reino Unido também forneceu armas para uso da coalizão que tem como líder a Arábia Saudita, para atingir alvos no Iêmen. Anistia Internacional (2019) também diz que a Raytheon Company, com sede nos EUA, forneceu uma bomba guiada a laser que matou seis civis em 28 de junho de 2019.

De acordo como Yemen Times (2015) em Março de 2015 os rebeldes Houthis fizeram ataques à mesquita de Saada, em um discurso que foi televisionado Abdul-Malik al-Houthi declarou que ele e seu grupo estavam dispostos a começar uma

guerra “imperativa” devido às atuais circunstâncias que o Iêmen se encontrava, e disse ainda quais seriam os alvos, dentre eles estavam a Al-Qaeda e o governo de Hadi.

3.3 Início da Guerra

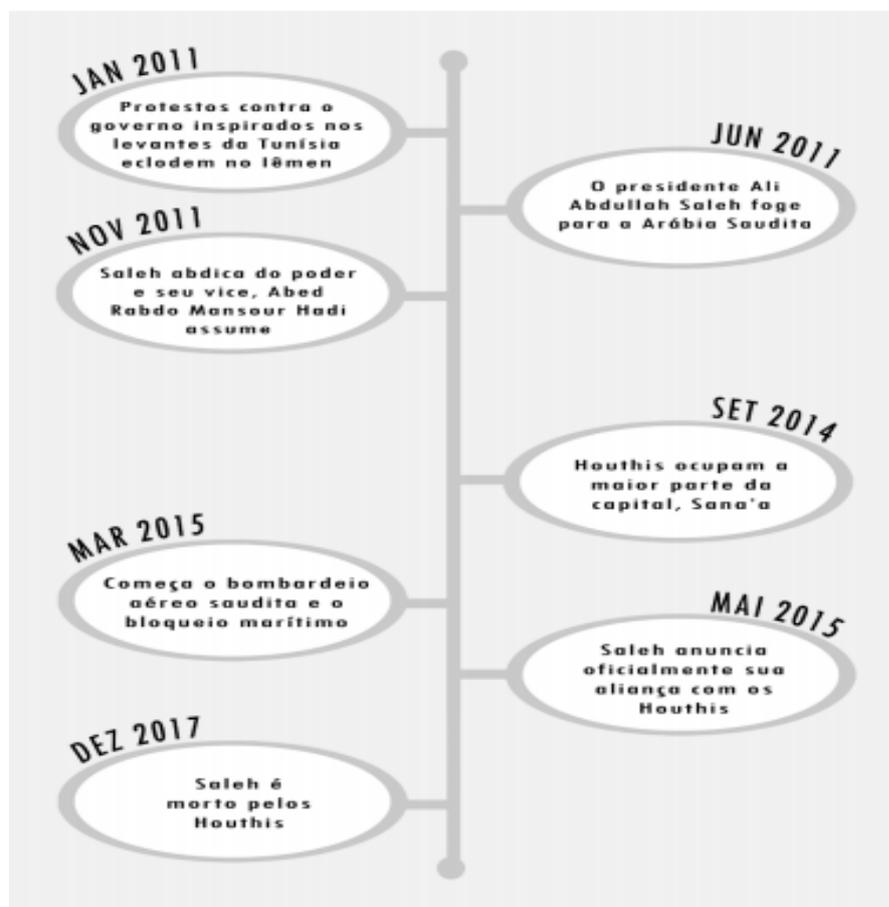
Segundo o Bloomberg (2015), forças Houthis invadiram Taiz, a terceira maior cidade do Iêmen com o apoio de tropas leais a Saleh, e rapidamente assumiram seus pontos principais. Ocorreu troca de tiros e um manifestante foi morto, todavia não houve muita resistência. A mídia ocidental como o Huffpost (2015) começou a sugerir que o Iêmen estava começando a entrar em uma guerra civil, com o enfrentamento dos Houthis do norte contra os ataques do sul.

De acordo com The Guardian (2015) em Março de 2015, as forças Houthi foram avançando e conquistando territórios, a fim de conquistarem o estreito estratégico de Bab al Mandeb. No mesmo mês seguiram para o porto de Mocha, depois tomaram uma base militar na costa, onde a 17ª Divisão Blindada do Exército do Iêmen entregou armas aos rebeldes, segundo relatos do Iran Daily (2015) e The National (2015). O ministro das Relações Exteriores do Djibuti, Mahamoud Ali Youssouf, falou que os rebeldes representavam grande perigo, pois colocaram barcos de rápido ataque e armas pesadas próximo ao estreito onde passam navios militares e comerciais (Bloomberg 2015). Os iemenitas a favor do governo de Hadi contra-atacaram os Houthis, com a ajuda de uma intervenção militar liderada pela Arábia Saudita, houve um bombardeio na Base Aérea de Al Anad, o que forçou os ocupantes Houthi a fugirem.

No dia 26 de março de 2015, após a fuga do então presidente iemenita AbdRabbuh Mansur Hadi da cidade portuária de Aden, no sul do Iêmen, para a Arábia Saudita diante da pressão político-militar dos Houthis, iniciou-se a intervenção saudita no Iêmen, apoiada por outros países - como Emirados Árabes Unidos, Kuwait, Bahrein, Sudão, Egito, Jordânia, Marrocos, e, até 2017, Catar -, que passam a formar a “Coalizão Saudita”. A primeira operação da Coalizão é chamada de “Operação DecisiveStorm” e seu principal objetivo era restabelecer Hadi como presidente e controlar o avanço dos Houthis sobre Aden, por meio de ataques e bloqueios aéreos – foco principal da operação – e também navais. Os ataques, logo nas primeiras semanas, atingiram o seu objetivo de neutralizar as forças Houthis, destruindo a modesta força aérea iemenita (RAUBER et al., 2018 p. 263).

O comandante dos Houthi em resposta aos rumores de que a Arábia Saudita poderia intervir no Iêmen, disse que eles continuariam invadindo e seguiriam para a cidade Riad. A Arábia Saudita, respondendo a um apelo do governo de Hadi, iniciou uma intervenção militar junto a outros oito países árabes e com assistência logística dos Estados Unidos contra os Houthis, atacando posições tomadas pelos rebeldes na capital do país. Em uma declaração conjunta, os países do Conselho de Cooperação do Golfo (exceto Omã) informaram que decidiram atacar os Houthis, a pedido do governo internacionalmente reconhecido (Al Jazeera 2015; Reuters 2015). Salman, atual rei da Arábia Saudita, informou que a Força Aérea Real Saudita tinha o total controle do espaço aéreo iemenita pouco antes do início dos ataques feitos pela coalizão. Segundo ele o objetivo era impedir o avanço dos Houthis em direção à Hadi no sul do país iemenita (Al Arabiya 2015). Após Ali Abdullah Saleh abandonar os Houthi e mudar de lado na guerra civil, ele foi morto em um ataque à beira de uma estrada (Reuters 2017).

Figura 3 - Cronograma do conflito



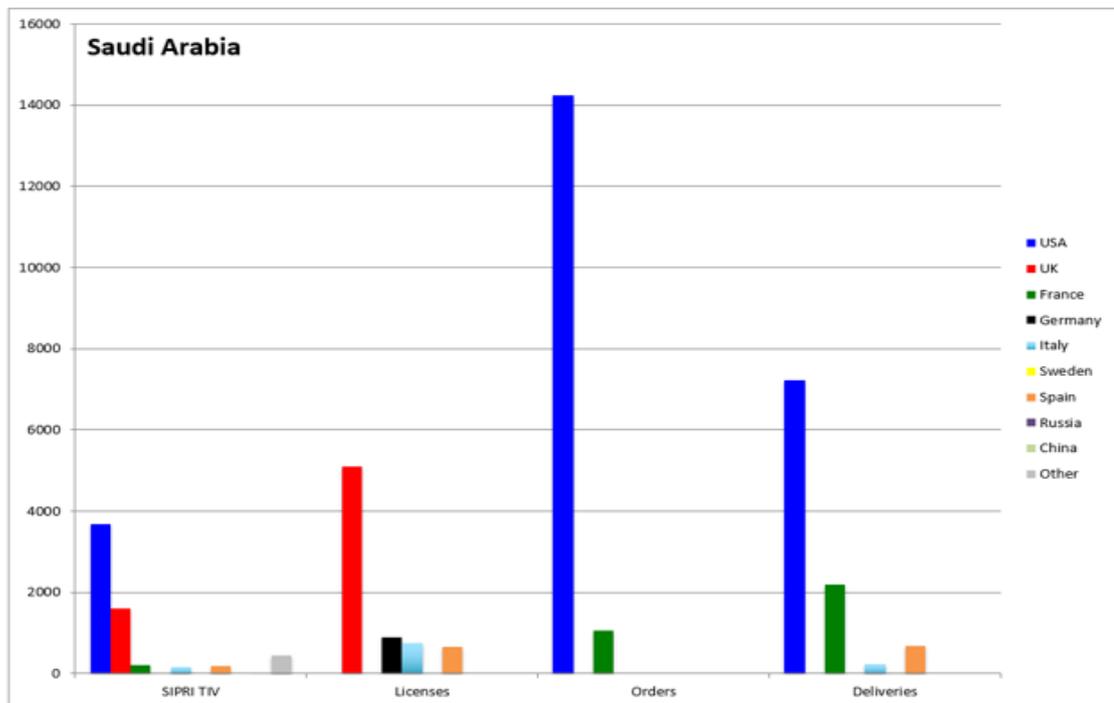
Fonte: RAUBER et al, 2018, p.265

O cronograma detalha os principais acontecimentos da guerra para melhor entender seu curso, desde as manifestações contra o governo de Saleh até sua morte, acontecimento este que gerou um reforço moral enorme para os rebeldes.

3.4 Coalizão Saudita

Perlo-Freeman (2018) escreve para a Word Peace Foundation que a Arábia Saudita é líder da coalizão militar de Estados externos que estão intervindo no Iêmen, também conhecida como Operação Renewal of Hope (ORH), porém a maioria das forças de ajuda ao governo de Hadi não devem nenhuma lealdade ao Presidente. Forças leais ao Conselho de Transição do Sul; milícias tribais armadas (financiadas pelos Emirados Árabes Unidos e Arábia Saudita); mercenários estrangeiros; e as forças armadas iemenitas, apoiam o governo de Hadi e almejam a independência do Iêmen do Sul.

Gráfico 1 - Venda de armas Arábia Saudita 2015-2016

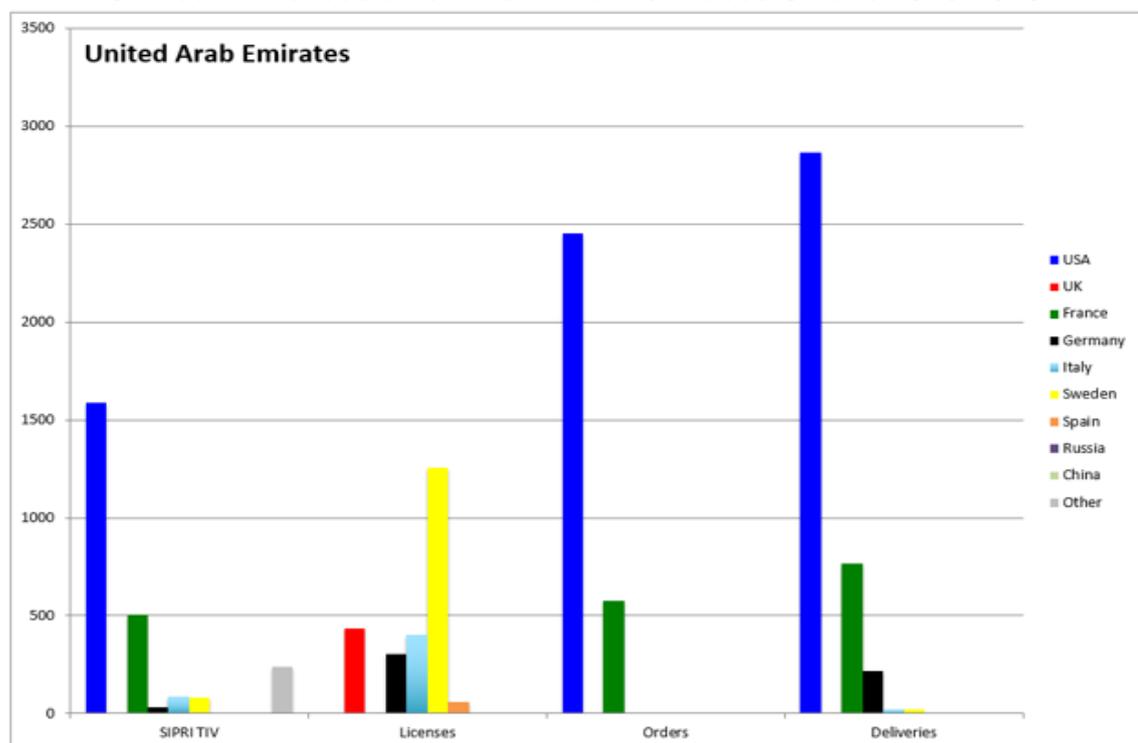


Arms sales 2015-2016
Licenses, orders, and deliveries in millions of US\$
SIPRI TIV in millions of TIV units
(See country notes for exceptions and data availability)

Fonte: Word Peace Foundation 2018

A guerra aérea também tem a participação dos Emirados Árabes Unidos, além do apoio militar em solo iemenita. Eles são vistos como uma força colonizadora na região devido à crescente presença militar na região. Foram estabelecidos centros de detenção no sul do Iêmen, onde tais centros são muitíssimos criticados por contravenções de direitos humanos, envolvendo tortura e detenções arbitrárias. Em março de 2015, os Emirados Árabes Unidos avariaram trinta aviões de guerra na diligência de coalizão (PERLO-FREEMAN, 2018).

Gráfico 2 - Vendas de armas Emirados Árabes Unidos 2015-2016



Arms sales 2015-2016
Licenses, orders, and deliveries in millions of US\$
SIPRI TIV in millions of TIV units
(See country notes for exceptions and data availability)

Fonte: Word Peace Foundation 2018

A coalizão ainda tem a participação do Sudão, Egito, Marrocos, Bahrein, Kuwait, Jordânia e o Catar que esteve até 2017. A maioria das tropas terrestres pela coalizão é do Sudão no qual envia as forças de apoio rápido de contra insurgência de elite, forças estas que são gravemente acusadas de violações dos direitos humanos em muitas campanhas do mesmo porte no Sudão (PERLO-FREEMAN, 2018). Os demais países ajudam a coalizão com navios de guerra do

Egito; soldados terrestres do Marrocos e aviões de guerra do Bahrein, Kuwait e Jordânia.

A partir dos gráficos e das informações, é possível observar que o maior parceiro comercial desses países quanto à venda de armas são os Estados Unidos da América. Dessa forma é nítida a avaliação e percepção dos interesses reais de tal intervenção que podem ser avaliados como meramente comerciais e estratégicos, o que não garante o bem estar social, a partir do momento que tais armas são usadas para ataques indiscriminados contra civis bombardear hospitais, ônibus escolares e destruir a infraestrutura civil no geral.

4 VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NA GUERRA CIVIL IEMENITA

Esse capítulo versa sobre as principais violações do Direito Internacional Humanitário (DIH) e de Direitos Humanos (DH) cometidos na atual guerra civil do Iêmen com caráter de estudo de caso, baseado em dados coletados pelo Grupo de Especialistas Eminentes Internacionais e Regionais Independentes no Iêmen (GEE) para o relatório anual do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), desde setembro de 2014. Tal grupo emitiu um relatório em setembro de 2019 onde detalha que no decorrer dos últimos cinco anos inúmeros crimes de guerra foram cometidos pela maioria das partes envolvidas no conflito. As denúncias incluem bombardeamentos indiscriminados, ataques aéreos, minas terrestres, assassinatos arbitrários, impedimento do acesso à ajuda humanitária, tortura e violência sexual e de gênero. Os parágrafos I, II e III do artigo 27 da Convenção de Genebra IV dispõem sobre:

As pessoas protegidas têm direito, em todas as circunstâncias, ao respeito da sua pessoa, da sua honra, dos seus direitos de família, das suas convicções e práticas religiosas, dos seus hábitos e costumes. Serão tratadas, sempre, com humanidade e protegidas especialmente contra todos os atos de violência ou de intimidação, contra os insultos e a curiosidade pública.

As mulheres serão especialmente protegidas contra qualquer ataque à sua honra, e particularmente contra violação, prostituição forçadas ou qualquer forma de atentado ao seu pudor.

Sem prejuízo das disposições relativas ao seu estado de saúde, idade e sexo, todas as pessoas protegidas serão tratadas pela Parte no conflito em poder de quem se encontrem com a mesma consideração, sem qualquer distinção desfavorável, especialmente de raça, religião ou opiniões políticas (CONVENÇÕES DE GENEBRA, 1949, p. 93).

O grupo, que foi criado pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU, aponta que os governos do Iêmen e dos Emirados Árabes Unidos e Arábia Saudita, os rebeldes Houthis e os comitês populares que colaboram com as partes envolvidas diretamente no conflito, são acusados de supostas violações do Direito Internacional Humanitário e de Direitos Humanos, gerando assim segundo o grupo, uma falta de responsabilidade generalizada.

O documento tem como objetivo pedir que todos os atos de violência que foram cometidos pelas partes envolvidas contra civis sejam cessados, e há ainda a exigência de proteção dos civis e garantia de justiça para todas as vítimas. Quanto à venda de armas fornecidas por outros Estados para serem usadas no conflito, é

recomendado a abstenção, lembrando assim que tais Estados têm a obrigação de tomar todas as medidas possíveis para a garantia do respeito pelo Direito Internacional Humanitário.

Não houve cooperação da Coalizão Saudita e do Governo Iemenita para que o grupo coletasse os dados, porém mesmo com esse impasse, os peritos conseguiram realizar mais de 600 entrevistas incluindo testemunhas e vítimas, examinaram código aberto e material documental e a realização das investigações de casos emblemáticos a fim de estabelecer um padrão de conduta que indicassem supostas violações no país, tudo isso em um curto espaço de tempo.

O referido documento foi escolhido para colaboração neste estudo de caso por ser o mais completo e com informações confiáveis disponibilizado até agora, visto que é necessário se amparar em fontes de cunho impessoal e que não sejam manipuladas.

4.1 Violações ao Direito Internacional Humanitário

Inicialmente é importante entender sobre o Direito Internacional Humanitário, de modo a identificar em quais circunstâncias tal ramo do Direito é cabível. Oliveira e Lazari (2018) consideram que:

O direito humanitário é o corpo de normas jurídicas de origem convencional ou consuetudinária (costumeira) que se aplica aos conflitos armados e que limita, por razões humanitárias, o direito das partes em conflito de escolher livremente os métodos e os meios utilizados na guerra, evitando que sejam afetadas as pessoas e os bens legalmente protegidos. Isto é, o direito internacional humanitário regulamenta as situações de conflito armado, com o intuito de proteger ao máximo os envolvidos – direta (militares) ou indiretamente (civis e outros) – no conflito, minimizando os seus danos. Também é conhecido pelo nome de direito dos conflitos armados, nomenclatura muito utilizada no âmbito da Organização das Nações Unidas, mas que talvez não reflita todo o seu objeto de proteção (OLIVEIRA E LAZARI, 2018, p. 60).

Em vista disso é possível perceber que o DIH não proíbe o ato de guerrear como faz o direito internacional dos direitos humanos, pois o sistema capitalista inevitavelmente produz guerras, deste modo o intuito do DIH é o de tentar “humanizar a guerra”, porém não proibindo o atentado contra a vida dos combatentes, mas procurando fazer por meio da criação de regras para que tais combates sejam menos brutais e que não afetem a população civil.

De acordo com Oliveira e Lazari (2018), as Convenções de Genebra de 1949 e seus protocolos adicionais são uma das vertentes do Direito Humanitário, esse conjunto normativo contabiliza cerca de seiscentos artigos que compõem o Direito de Genebra concentrando assim a proteção do Direito Humanitário. Desse modo os Estados que aderem aos tratados e acordos impostos pelo Direito de Genebra, conseqüentemente são adeptos ao âmbito do Comitê Internacional da Cruz Vermelha que possui personalidade jurídica internacional, assim sendo os Estados fazem relações diplomáticas com a referida organização.

São quatro as Convenções de Genebra voltadas à proteção de civis e militares vítimas dos conflitos armados: a primeira se refere à proteção dos feridos e doentes das forças armadas em campanha; a segunda versa sobre a proteção dos feridos, enfermos e náufragos das Forças Armadas no Mar; a terceira trata dos prisioneiros de guerra; e a quarta e última está relacionada à proteção dos civis em tempo de guerra (CONVENÇÕES DE GENEBRA, 1949).

Os protocolos adicionais I, II e III, foram posteriormente incluídos devido ao aumento de conflitos de caráter não internacional, eles basicamente fortalecem a proteção das vítimas nos conflitos armados nos âmbitos internacional (protocolo I) e não internacional (protocolo II), e o protocolo III sendo um emblema distintivo adicional (COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA, 2010).

O Direito internacional pode ser aplicado nos seguintes casos:

Quadro 1 - Aplicação do DIH

CONFLITO ARMADO		
internacional	não internacional	misto
hostilidades entre Estados, envolvendo uma ocupação total ou parcial	violência armada prolongada dentro de um Estado	conflito interno com uma participação estrangeira

Fonte: OLIVEIRA E LAZARI, 2018, p. 66

Deyra (2001) aponta especificamente a característica de conflito armado misto:

Trata-se de um conflito inicialmente interno que adquire progressivamente, na sequência de intervenções estrangeiras (desde o apoio financeiro e logístico até à intervenção militar), as características de um conflito armado internacional. As diversas hipóteses de conflitos internos internacionalizados estão em constante desenvolvimento, podendo-se indicar a título de

exemplo as guerras por procuração, as guerras latentes, as guerras civis internacionalizadas ou os conflitos mistos (Vietname, Angola, Iémen, Afeganistão, Chade, Campuchea, Niacarágua e ex-Zaire) que permanecem ignorados pelo Direito Humanitário convencional. Devem ser consideradas duas questões: a de saber em que casos é que estamos perante um conflito interno internacionalizado e a de determinar quais as regras aplicáveis (DEYRA, 2001, p.45)

Tomando essas definições como parâmetro, a atual guerra no Iémen pode ser definida como conflito armado misto, visto que além de ser um combate interno há a participação de outros Estados, dessa forma as partes envolvidas têm o dever de cumprir com as normas do Direito Internacional Humanitário. Seguindo esse viés, agora serão apresentadas as violações de direitos humanos ocorridas no Estado Iemenita durante a atual guerra.

4.1.1 Ataques a civis

De acordo com o Grupo de Especialistas Eminentemente Internacionais e Regionais Independentes no Iémen (2018), de março de 2015 a junho de 2018, pelo menos 16.706 civis foram vítimas de ataques, sendo que 6.475 morreram e 10.231 pessoas ficaram feridas no conflito, contudo é bastante provável que o número real seja bem maior.

A maioria das vítimas civis, as quais o Grupo de Peritos (2019) teve acesso, foram atingidas pelos ataques aéreos da coalizão liderada pela Arábia Saudita. Além de ferir e matar a população civil Iemenita, os ataques destruíram mercados, instalações de detenção, áreas residenciais, atingiram casamentos, barcos civis e instalações médicas. Tais acontecimentos vão contra o que está disposto no DIH, principalmente com relação aos ataques a hospitais e instalações médicas, onde pode ser evidenciado mais precisamente no artigo 18 da IV Convenção de Genebra que aponta:

Os hospitais civis organizados para cuidar dos feridos, doentes, enfermos e parturientes não poderão, em qualquer circunstância, ser alvo de ataques; serão sempre respeitados e protegidos pelas Partes no conflito (CONVENÇÕES DE GENEBRA, 1949, p. 80).

Tais informações, consoante ao GEE (2018), foram adquiridas a partir da investigação de inúmeros incidentes, por meio de imagens de satélite, entrevistas,

com o apoio de testemunhas e demais fontes de confiança, além de visitas às províncias iemenitas. Um exemplo de tais violações foi o ataque aéreo da coalizão a uma festa de casamento em 22 de abril de 2018 onde segundo o MSF recebeu 63 vítimas dentre elas, 23 vieram a óbito, sendo que 8 eram crianças.

Devido a tais acontecimentos relacionados ao atentado à vida e propriedade da população civil, o GEE chegou às seguintes conclusões:

Based on the incidents examined, and information received in relation to the targeting process, the Group of Experts have reasonable grounds to believe the following:

(a) In the absence of any apparent military objective in the vicinity, the objects struck raise serious concerns about the respect of the principle of distinction and how military targets were defined and selected. The use of precision-guided munitions would normally indicate that the object struck was the target;

(b) The number of civilian casualties raises serious concerns as to the nature and effectiveness of any proportionality assessments conducted;

(c) The timing of some attacks and the choice of weapons raise serious concerns as to the nature and effectiveness of any precautionary measures adopted;

(d) The failure to ensure that all relevant commanders have access to the no-strike list raises serious concerns about the ability of the coalition to comply with the special protections accorded to such objects;

(e) The use in some cases of “double strikes” close in time, which affect first responders, raises serious concerns as to whether updated proportionality assessments and precautionary measures were carried out for the second strikes (ACNUDH, 2018 p.07).

Os rebeldes também são acusados de ferir e ceifar a vida da população civil. Segundo o último relatório anual da Anistia Internacional (2017/2018), algumas áreas residenciais civis na cidade de Taiz foram bombardeadas indiscriminadamente pelos Houthis, além de realizarem disparos sem nenhum tipo de critério em direção à Arábia Saudita. Há ainda uma investigação acerca do uso de armas de amplo efeito de área em perímetro urbano pelos Houthis, se confirmado, tais ataques configuram violações do Direito Internacional Humanitário.

Fotografia 1 - Escola alvo de bombardeamento aéreo



Fonte: Nações Unidas 2019

A imagem mostra as ruínas da escola Aal Okab em Saada no Iêmen. O garoto frequentava esta escola, mas devido a impossibilidade está tendo aulas nas barracas do UNICEF (NAÇÕES UNIDAS, 2019).

4.1.2 Acesso restrito

De acordo com o GEE (2018), A Arábia Saudita impôs restrições territoriais e navais em todo o Iêmen, como justificativa a coalizão citou a resolução 2216 (2015) do Conselho de Segurança da ONU para tentar impedir que armas fossem enviadas para os rebeldes. Como mencionado anteriormente, antes da guerra o Iêmen importava a maioria dos produtos para consumo da população, dentre eles estão combustíveis, alimentos e suprimentos médicos, o bloqueio ocasionou a falta destes e de outros produtos, gerando fome, surtos de doenças como a cólera intensificando a pior crise humanitária do mundo.

Todas as fronteiras foram fechadas pela coalizão em novembro 2017 após mísseis terem sido lançados pelos Houthis em direção a Arábia Saudita, o que impediu a ação da ajuda humanitária no país, pois não era possível a entrada de suprimentos e nem mesmo saída de feridos do país para tratamentos médicos específicos e urgentes. Muitas pessoas morreram nessas condições, além do elevado preço dos produtos após os portos terem sido reabertos em dezembro do

mesmo ano, porém por tempo limitado (GEE, 2018). Segundo a ONU a maioria dos iemenitas não recebe mais salários ou subsídios do governo.

The harm to the civilian population caused by severely restricting naval imports was foreseeable, given the country's pre-conflict reliance on imports. By November 2017, the international community had repeatedly underscored the effects of the existing restrictions and had warned of the catastrophic effects of the announced closure of all ports. The duration of the restrictions raises additional concerns that systemic damage to the economy is occurring. (ACNUDH, 2018 p.08)

As leis internacionais exigiram que o bloqueio fosse retirado, porém a coalizão e o governo contrariaram as instruções recebidas causando mais sofrimento para a população civil. Era previsto que eles passariam por sérias privações de seus direitos, visto que mesmo com a reabertura dos portos, os iemenitas não teriam condições financeiras para adquirirem os produtos devido à alta elevação dos preços. Foram contabilizadas quase 17,8 milhões de pessoas com insegurança alimentar, fora aquelas que estavam literalmente morrendo de fome, nenhuma vantagem militar possível poderia justificar tal sofrimento extremo de milhões de pessoas.

De acordo com o artigo 14º do Protocolo II adicional às Convenções de Genebra, a fome não pode ser usada contra a população civil como estratégia no conflito armado. “É proibido atacar, destruir, tirar ou pôr fora de uso com essa finalidade os bens indispensáveis à sobrevivência da população civil (...)” (CONVENÇÕES DE GENEBRA, 1949, p.258).

Fotografia 2 - Símbolo da fome na Guerra no Iêmen



Fonte: G1 notícias 2018

A foto de Saida Ahmad Baghili, uma jovem de dezoito anos, repercutiu em todo o mundo devido sua condição de desnutrição extrema causada pelos sucessivos bloqueios navais, aéreos e terrestres no país, inviabilizando a entrada de alimentos e demais produtos.

4.1.3 Detenções arbitrárias, desaparecimentos forçados, tortura e maus-tratos

Detenções arbitrárias em todo o Iêmen foram confirmadas pelo Grupo de Peritos, bem como desaparecimentos forçados, tortura e maus tratos. Muitas vezes as prisões eram feitas sem aviso prévio dos motivos pelos quais os prisioneiros estavam sendo detidos, sem acusação, havendo restrição do acesso a advogados e julgamento e ficando incomunicáveis por longos períodos de tempo. Instalações de detenção fora da estrutura institucional do Estado Iemenita estão sendo usadas por todas as partes do conflito (ACNUDH, 2018).

In detention, during interrogation and while blindfolded and/or handcuffed, detainees were beaten, electrocuted, suspended upside down, drowned, threatened with violence against their families and held in solitary confinement for prolonged periods in violation of the absolute prohibition on torture, cruel or inhuman treatment. Reports indicate poor material conditions and grossly inadequate medical care for detainees. The Group has also received allegations of deaths in custody (ACNUDH, 2018, p. 10).

Os detentos adultos do sexo masculino foram violentados sexualmente, interrogados nus e examinados a força por funcionários dos Emirados Árabes Unidos. A prisão de pescadores pelas forças sauditas era rotineira, sendo submetidos à tortura e tratamentos cruéis. As detenções arbitrárias muitas vezes eram feitas devido a oposição às forças do governo, dos Emirados Árabes Unidos e Houthis (ACNUDH, 2018).

The Group has reasonable grounds to believe that the Governments of Yemen, the United Arab Emirates and Saudi Arabia are responsible for human rights violations, including enforced disappearance. As most of these violations appear to be conflict related, they may amount to the following war crimes: rape, degrading and cruel treatment, torture and outrages upon personal dignity (ACNUDH, 2018, p.11)

Outras práticas como violações de liberdade de expressão e recrutamento e uso de crianças menores de 15 anos (principalmente pelas forças Houthis), também

foram evidenciadas pelo Grupo de Peritos no Iêmen. As crianças eram levadas a força estando em escolas, hospitais e também em suas residências (GEE, 2018).

Por meio de tais denúncias, é possível perceber a ultraje à dignidade da população iemenita por aqueles que têm o dever de proteger. Praticar atos de violência, desaparecimentos forçados, tortura e demais práticas desumanas, acarreta crimes de guerra e devem ser avaliados e devidamente responsabilizados internacionalmente.

4.2 Responsabilidade Penal

Mas afinal, quem julga os crimes cometidos pelas partes em conflito? O Tribunal Penal Internacional (TPI) criado a partir do Estatuto de Roma em 1998, tem como mandato julgar os indivíduos que são responsáveis por crimes graves de alcance internacional, dentre eles estão os crimes de guerra, crimes de agressão, crimes contra a humanidade e o genocídio, todos cometidos em ambiente beligerante (MAZZUOLI, 2015). Porém não é papel do TPI julgar os Estados, tarefa esta que é destinada ao Corte Internacional de Justiça (CIJ).

Aprovado em 17 de julho de 1998, em Roma, na Conferência Diplomática de Plenipotenciários das Nações Unidas, o oficialmente chamado Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional teve por finalidade constituir um tribunal internacional com jurisdição criminal permanente, dotado de personalidade jurídica própria, com sede na Haia, na Holanda. Foi aprovado por 120 Estados, contra apenas 7 votos contrários - China, Estados Unidos, Iêmen, Iraque, Israel, Líbia e Qatar - e 21 abstenções (MAZZUOLI, 2015, pp. 1046, 1047).

Como é possível perceber a partir do exposto, o governo do Iêmen não aceitou a jurisdição do respectivo tratado para julgar os cidadãos iemenitas acusados de cometer crimes de caráter internacional impossibilitando a ação internacional, deste modo os casos devem ser investigados e julgados pelo tribunal nacional do país, o que não garante que tais investigações sejam genuínas. Outro país que teve seu voto contrário à criação do TPI foram os Estados Unidos, devido aos atentados terroristas que o país sofreu, com o início da “guerra ao terror” supostamente os soldados americanos seriam julgados e condenados pelo Tribunal Penal Internacional, o que não seria benéfico para os EUA. Porém os países que fazem parte da coalizão militar liderada pela Arábia Saudita votaram a favor da

criação do TPI, cabendo então a ativação da competência do mesmo para julgamento dos indivíduos.

Em suma, pelo princípio da subsidiariedade (entendido como "complementaridade" pelo Estatuto) o TPI não pode interferir indevidamente nos sistemas judiciais nacionais, que continuam tendo a responsabilidade primária de investigar e processar os crimes cometidos pelos seus nacionais, salvo nos casos em que os Estados se mostrem incapazes ou não demonstrem efetiva vontade de punir os seus criminosos, ocasiões em que o Tribunal deverá atuar (MAZZUOLLI, 2015, p. 1050).

O modo como são realizados os conflitos armados é controlado pelo Direito Internacional Humanitário, porém mesmo com as inúmeras regras ditadas, o DIH ainda é falho na questão de conseguir fazer com que suas normas sejam respeitadas pelos beligerantes, o índice de ataques a civis ainda é elevado devido aos obstáculos relevantes e as violações continuam impunes.

As violações de direitos humanos e do direito humanitário no Iêmen poderiam ter sido evitadas? Um dos possíveis meios de impedir violações do DIH seria o controle do comércio de armas, visto que a maioria das vítimas diretas documentadas foram atingidas por instrumentos bélicos.

O comércio internacional de armas alimenta os conflitos principalmente em países pobres, intensificando a matança muitas vezes intencional. Como a população do Iêmen sofre com uma crise humanitária, considerada a maior do mundo, os países que aceitam exportar armas destinadas ao uso no conflito, colaboram diretamente com as violações de direitos humanos.

A reticência da comunidade internacional para programar medidas efetivas, que impeçam a venda de armas para locais onde é possível que massacres sejam conduzidos, é "justificada" pelos interesses econômicos do mercado mundial, devido ao crescimento do mesmo. É estimado que esse comércio levante em torno de 100 bilhões de dólares ao ano e esse valor vem aumentando constantemente (ANISTIA INTERNACIONAL, 2019), isso sem considerar o mercado ilegal. Países como os Estados Unidos da América, França e a Grã-Bretanha estão vendendo armas para a coalizão saudita que apoia o governo de Hadi. As leis domésticas e internacionais dos referidos países proíbem esse tipo de comércio, visto que o envio de material bélico para o Iêmen intensifica as violações de direitos humanos e os crimes de guerra.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito da criação do primeiro capítulo de desenvolvimento deste trabalho, foi o de evidenciar por meio da teoria Neoliberal de Relações Internacionais que muitas vezes a aproximação de países visando somente o interesse econômico, por vezes gera conflitos e desvantagens para os países menos afortunados. Ao se abrir para os interesses neoliberais, países como o Iêmen ficam em desvantagem, porque de certa forma só gera benefícios aos países com maior poder aquisitivo e persuasão. Mesmo que a teoria prega que as relações possuem caráter mútuo, as vantagens são nitidamente maiores para os hegemônicos. Neste contexto a globalização aumenta a desigualdade e países com maiores recursos naturais e localização estratégica, acabam sendo explorados e expostos ao “fogo cruzado” de potências internacionais.

O segundo capítulo versou sobre os componentes históricos do Iêmen, devido sua instabilidade política que assola o país há muito tempo. Foram evidenciados problemas anteriores que acarretaram na guerra atual do Iêmen evidenciando assim a participação de outras potências regionais e internacionais no conflito. Potências estas que apoiam o governo internacionalmente reconhecido de Hadi por meio de uma coalizão, disponibilizando armamento e soldados no combate contra os rebeldes Houthi. É evidente que o Iêmen é um país instável politicamente e economicamente, onde o poder ficou concentrado nas mãos de um único líder desde sua unificação, que só foi deposto do poder devido a protestos em massa no Oriente Médio. Durante todo esse período, desde a unificação do país, o Iêmen é considerado um dos países mais pobres da região, seguido do descontentamento da população que vive na miséria. Infelizmente, o ambiente internacional não se preocupa em conter a desigualdade mundial, pois tal ação causaria instabilidade para países hegemônicos que lucram com isso. Deste modo grupos internos como os Houthi se opõem às inclinações de líderes voltadas para os interesses ocidentais.

No terceiro capítulo foram evidenciadas as principais violações de direitos humanos cometidas durante a guerra no Iêmen, além de seus devidos autores. Muitas vezes a coalizão foi citada como autora das violações por meio de seus soldados, o que é possível questionar se realmente a coalizão tem o intuito somente de conter os ataques dos rebeldes e proteger o governo iemenita. Deste modo, é evidente que a participação de atores externos na guerra tem acarretado na maioria

das mortes de civis no conflito, e que possivelmente se não houvesse interferência externa o conflito já teria tido um desfecho.

A guerra é lucrativa para países exportadores de armas, o que demonstra que não há interesse dos mesmos em intervir no conflito com o intuito de acabar com o sofrimento da população, pois perderiam um bom elo comercial que arrecada milhões de dólares. Desta forma o combate se estende, mesmo com investidas da ONU para cessar fogo, não há previsão para acabar. É evidente quem são as maiores vítimas das ações neoliberais: a população civil, que sofre sem poder ter a quem pedir ajuda, pois toda a comunidade internacional apoia aqueles que mais estão causando mortes nesta guerra.

O Direito Internacional Humanitário com certeza possui regras e normas que se seguidas não resultaria em inúmeras mortes e os ataques à população civil não seriam usados como estratégia de guerra, porém como foi exposto no terceiro capítulo de desenvolvimento, muitas dessas normas estão sendo violadas gerando muito sofrimento para a população.

Durante o trabalho é possível evidenciar a partir dos dados coletados que o Irã não participa diretamente no conflito, visto que mesmo que a Arábia Saudita acuse o envolvimento do país na guerra nada foi provado.

REFERÊNCIAS

5 pontos para entender a guerra civil no Iêmen, a pior crise humanitária do mundo.

BBC News. Brasil, 10 mar. 2018. Disponível em:

<<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-43309945>>. Acesso em: 5 abr. 2018.

5 Things to Know About this of Yemen. **The Wall Street Journal**. Nova York, 12 fev. 2015. Disponível em: <<https://blogs.wsj.com/briefly/2015/02/12/5-things-houthis-yemen/>>. Acesso em: 04 out. 2019.

A tragédia de um país resumida em uma foto. **G1 notícias**. Brasil, 31 out. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/10/a-tragedia-de-um-pais-resumida-em-uma-foto.html>>. Acesso em: 27 out. 2019.

AL-BATATI, Saeed. Yemenis are shocked by Houthis' quick capture of Sana'a. **Middle East Eye**. Londres, 29 jan. 2019. Disponível em: <<https://www.middleeasteye.net/fr/in-depth/features/yemenis-are-shocked-houthi-s-quick-capture-sanaa-690971750>>. Acesso em: 5 out. 2019.

AL-HAJJ, Ahmed. Yemen's government, Shiite rebels negotiate end to 3-year conflict. **The Seattle Times**, 17 jun. 2007. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20150422105449/http://www.seattletimes.com/nation-world/yemens-government-shiite-rebels-negotiate-end-to-3-year-conflict/>>. Acesso em: 4 out. 2019.

AL-HASSANI, Mohammed. Houthis Throw a Wrench in NDC Final Document. **Yemen Times**. Iêmen, 23 jan. 2014. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20150421013125/http://www.yementimes.com/en/1749/news/3391/Houthis-throw-a-wrench-in-NDC-final-document.htm>>. Acesso em: 5 out. 2019.

AL-KARIMI, Khalid. Southerners Prepare for Houthi Invasion. **Yemen Times**. Iêmen, 23 mar. 2015. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20150325014514/http://www.yementimes.com/en/1870/news/4994/Southerners-prepare-for-Houthi-invasion.htm>>. Acesso em: 6 out. 2019.

AL-MOSHKI, Ali. The houthis: From a Local Group to a National Power. **Yemen Times**. Iêmen, 04 set. 2014. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20150402051539/http://www.yementimes.com/en/1813/report/4294/The-Houthis-From-a-local-group-to-a-national-power.htm>>. Acesso em: 5 out. 2019.

ANISTIA INTERNACIONAL (Reino Unido). **Anistia Internacional – Informe 2017/18: O Estado dos Direitos Humanos no Mundo**. Londres: Peter Benenson House, 2018. (ISBN: 978-0-86210-499-3). Disponível em: <<https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2018/02/informe2017-18-online1.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

BAYOUMY, Yara; GHOBARI, Mohammed. Iranian support seen crucial for Yemen's Houthis. **Reuters**, 25 mar. 2015. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-yemen-houthis-iran-insight/iranian-support-seen-crucial-for-yemens-houthis-idUSKBN0JT17A20141215>>. Acesso em: 6 out. 2019.

Beleaguered Hadi says Aden Yemen 'capital'. **Business Insider**, 07 mar. 2015. Disponível em: <<https://www.businessinsider.com/afp-beleaguered-hadi-says-aden-yemen-capital-2015-3>>. Acesso em: 6 out. 2019.

BROWNING, Noah; ABOUDI, Sami. Ex-presidente do Iêmen é morto a tiros após mudar de lado na guerra civil. **Reuters**. 04 dez. 2017. Disponível em: <<https://br.reuters.com/article/worldNews/idBRKBN1DY2L1-OBRWD>>. Acesso em: 10 out. 2019.

CADEMARTOR, Luiz Henrique Urquhart. A Interdependência Complexa e a Questão dos Direitos Humanos no Contexto das Relações Internacionais. **Revista Brasileira de Direito**, Passo Fundo, v. 15, n. 1, 9 p. jan-abr, 2019. Disponível em: <<https://seer.imed.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/1584/1052>>. Acesso em: 16 ago. 2019.

CAIRO, Ahmed. Yemen's ousted president Hadi calls for Houthis to quit capital. **The Star Online**, 22 fev. 2015. Disponível em: <<http://www.thestar.com.my/News/World/2015/02/22/Yemens-ousted-president-Hadi-calls-for-Houthis-to-quit-capital/>>. Acesso em: 6 out. 2019.

CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS, ONU, 1945.

CASTRO, Elcineia; D'ANGELO, Verônica. O Acordo de Estocolmo: um primeiro passo para a paz ou a sustentabilidade do conflito no Iêmen? **Terra em transe**, mar. 2019. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/terraemtranse/2019/04/08/o-acordo-de-estocolmo-um-primeiro-passo-para-paz-ou-sustentabilidade-do-conflito-no-iemen/amp/>>. Acesso em: 14 jul. 2019.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Factbook 2019**. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ym.html>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

Children's education latest victim of Yemen conflict – UNICEF. **UN News**, 27 mar. 2018. Disponível em: <<https://news.un.org/en/story/2018/03/1006051>>. Acesso em: 9 nov. 2019.

COCKBURN, Patrick. Rumo a uma Era da Desintegração? **Outras Palavras**, Brasil. 08 jul. 2016, atualizado em 15 jan. 2019. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/desigualdades-mundo/rumo-a-uma-era-da-desintegracao/>>. Acesso em: 02 set. 2019.

CONVENÇÕES DE GENEVRA, 1949.

DEYRA, Michel. **Direito Internacional Humanitário**. Tradução Catarina de Albuquerque e Raquel Tavares. 1 ed. Comissão Nacional para as Comemorações do 50.o Aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem e Década das Nações Unidas para a Educação em matéria de Direitos Humanos: Lisboa, 2001. 198 p. Tradução de: Droit international humanitaire.

DI SENA JR., Roberto. Poder e Interdependência: Perspectivas de Análise das Relações Internacionais na Ótica de Robert O. Keohane e Joseph S. Nye. In: OLIVEIRA, Odete Maria de; DAL RI, Arno Jr. (org.). **Relações Internacionais: Interdependência e Sociedade Global**. Rio Grande do Sul: Unijuí, 2003, p.179-210.

EL-NAGGAR, Mona. Shifting Alliances Play Out Behind Closed Doors in Yemen. **The New York Times**. Nova York, 25 jan. 2015. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2015/01/26/world/middleeast/yemeni-parliament-cancels-meeting-on-presidents-resignation.html?_r=0>. Acesso em: 6 out. 2019.

Eritrea denies channeling Iranian support to Houthis. **Turkish Weekly**, 01 abr. 2015. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20150403214756/http://www.turkishweekly.net/news/182683/eritrea-denies-channeling-iranian-support-to-houthis.html>>. Acesso em: 6 out. 2019.

Ex-Yemen leader asks President Hadi to go into exile. **Al Jazeera**, 10 mar. 2015. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2015/03/yemen-leader-asks-president-hadi-exile-150310134751759.html>>. Acesso em: 6 out. 2019.

FAHMY, Omar. Arab League to discuss Yemen intervention plea on Thursday. **Reuters**. Estados Unidos, 25 mar. 2015. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-yemen-security-arabs/arab-league-to-discuss-yemen-intervention-plea-on-thursday-idUSKBN0ML1B420150325>>. Acesso em: 10 out. 2019.

FREIRE, Antonio Rodrigo Candido. O Neoliberalismo e a teoria da Interdependência Complexa. **JurisWay**. Brasil, 29 mai. 2012. Disponível em: <https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=7410>. Acesso em: 7 mar. 2018.

Genocídio no Iêmen. **Hora do Povo**. Brasil, 5 nov. 2018. Disponível em: <<https://horadopovo.com.br/genocidio-no-iemen/>>. Acesso em: 19 out. 2018.

GHOBARI, Mohammed. Houthi rebels sign deal with Yemen parties to form new government. **Reuters**, Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-yemen-security/houthi-rebels-sign-deal-with-yemen-parties-to-form-new-government-idUSKBN0HG04T20140921>>. Acesso em: 6 out. 2019.

GHOBARI, Mohammed. Yemen's Houthis dissolve parliament, assume power: televised statement. **Reuters**, 21 set. 2014. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-yemen-crisis/yemens-houthis-dissolve-parliament-assume-power-televised-statement-idUSKBN0LA1NT20150207>>. Acesso em: 6 out. 2019.

GHOBARI, Mohammed; BAYOUMY, Yara. Exclusive: Saudi suspends aid to Yemen after Houthi takeover – sources. **Reuters**, Estados Unidos, 04 dez. 2014. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-yemen-saudi-aid/exclusive-saudi-suspends-aid-to-yemen-after-houthi-takeover-sources-idUSKCN0JI10V20141204>>. Acesso em: 6 out. 2019.

GOMES JR., Francisco de Assis Cabral. Os Direitos Humanos no contexto do neoliberalismo e da globalização. **DireitoNet**. Brasil. 12 jan. 2007. Disponível em: <<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/3140/Os-Direitos-Humanos-no-contexto-do-neoliberalismo-e-da-globalizacao>>. Acesso em: 13 out. 2019.

GRESH, Alain; VIDAL, Dominique. **Dicionário do Médio Oriente**, Coleção Contemporânea, Lisboa, 2003. 396p.

HAFEZI, Parisa. Iran's Khamenei backs Yemen's Houthi movement, calls for dialogue. **Reuters**, 13 ago. 2019. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-yemen-security-iran/irans-khamenei-backs-yemens-houthi-movement-calls-for-dialogue-idUSKCN1V31W3>>. Acesso em: 6 out. 2019.

HANNA, Hakin. Yemen's deposed president flees house arrest, plans to withdraw resignation. **CNN News**, 22 fev. 2015. Disponível em: <<https://edition.cnn.com/2015/02/21/world/yemen-unrest/index.html>>. Acesso em: 6 out. 2019.

HATEM, Mohammed. Yemen's Houthi Rebels Vow to Boycott Presidential Elections. **Bloomberg**, 14 fev. 2012. Disponível em: <<https://www.bloomberg.com/news/articles/2012-02-14/yemen-s-houthi-rebels-vow-to-boycott-presidential-elections>>. Acesso em: 5 out. 2019.

HATEM, Mohammed; CAREY, Glen. Saudi Coalition Hits Houthi Stronghold as Aden Battle Rages. **Bloomberg**, 31 mar. 2015. Disponível em:

<<https://www.bloomberg.com/news/articles/2015-03-31/yemen-rebels-seize-base-near-shipping-lane-as-saudis-target-aden>>. Acesso em: 8 out. 2019.

HATEM, Mohammed; YOON, Sangwon. Rebel Fighters Advance Into Yemen's Third-Largest City. **Bloomberg**, 22 mar. 2015. Disponível em:

<<https://www.bloomberg.com/news/articles/2015-03-22/yemen-rebels-send-tanks-south-as-conflict-escalates>>. Acesso em: 7 out. 2019.

Held hostage, Houthi rebels carry out a coup in all but name. **The Economist**. Sanaa, 22 jan. 2015. Disponível em: <<https://www.economist.com/middle-east-and-africa/2015/01/22/held-hostage>>. Acesso em: 6 out. 2019.

HENDAWI, Hamza. Warplanes Bomb Presidential Palace In Yemen's Aden. **The Word Post**, 20 mar. 2015. Disponível em:

<https://web.archive.org/web/20150320052459/http://www.huffingtonpost.com/2015/03/19/aden-presidential-palace-bombed_n_6901722.html>. Acesso em: 6 out. 2019.

Houthi rise in Yemen raises alarm in Horn of Africa. **Word Bulletin**. Oriente Médio, 12 jan. 2015. Disponível em: <<https://www.worldbulletin.net/middle-east/houthi-rise-in-yemen-raises-alarm-in-horn-of-africa-h152737.html>>. Acesso em: 6 out. 2019.

Houthis Seize Strategic City In Yemen, Escalating Power Struggle. **Huffington Post**, 22 mar. 2015. Disponível em: <https://www.huffpost.com/entry/houthi-yemen-fighting_n_6918306>. Acesso em: 7 out. 2019.

IRIN. Yemen: The conflict in Saada Governorate - analysis. **Refworld**, 24 de julho de 2008, disponível em: <<https://www.refworld.org/docid/488f180d1e.html>>. Acesso em: 4 out. 2019.

JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. **Introdução às Relações Internacionais**. Tradução Bárbara Duarte. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. 478p.

JAMJOOM, Mohammed; THEODOROU, Christine. Yemen's president compares protests to 'influenza'. **CNN News**, 21 fev. 2011. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20150422191554/http://www.cnn.com/2011/WORLD/middle-east/02/21/yemen.protests/>>. Acesso em: 5 out. 2019.

JUNQUEIRA, Caio; ALAN, Camargo. A teoria neoliberal nas Relações Internacionais: o tripé institucional e o papel do Estado. **O Debatedouro**, Belo Horizonte, 83. ed, 56 p. agosto, 2013. ISSN 1678-6637. Disponível em: <<https://odebatedouro.files.wordpress.com/2012/10/debat83.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2019.

JURBRAN, Jamal. Post-Saleh Yemen: A Brewing Battle Between Houthis and Salafis. **Al-Akhbar**, 05 dez. 2011. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20150414181234/http://english.al-akhbar.com/node/2199>>. Acesso em: 5 out. 2019.

KEOHANE, Robert O.; NYE JR., Joseph S. **Poder e Interdependência: La política mundial em transición**. Grupo Editor Latinoamericano, 1988. 305 p. Tradução de: Power and Interdependence: Word Politics in Transition.

Key waterway under threat as Houthi militiamen advance. **Saudi Gazette**. 02 abr. 2015. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20150402133812/http://www.saudigazette.com.sa/index.cfm?method=home.regcon&contentid=20150325238084>>. Acesso em: 8 de out. 2019.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A Construção do Saber**. Adaptação Lana Mara Siman. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. pp. 223-231. Tradução de La construction des savoirs: manuel de methodologie en sciences. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1fBGpX35CuTg_NIVyPkkLW1uu2FtZ9x9B/view>. Acesso em: 21 set. 2018.

MARCZYNSKI Marek. Tratado sobre controle global de armas de fogo em risco. **Anistia Internacional**. Brasil. Disponível em: <<https://anistia.org.br/tratado-sobre-controle-global-de-armas-de-fogo-corre-o-risco-de-naufragar/>>. Acesso em: 13 set. 2019.

MARTINELLI, Caio Barbosa. O Jogo Tridimensional: o Hard Power, o Soft Power e a Interdependência Complexa, segundo Joseph Nye. **Revista Conjuntura Global**, Paraná, vol. 5 n. 1, p. 65-80, jan./abr., 2016. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/conjunturaglobal/files/2016/06/5-Caio-Barbosa-Martinelli.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2019.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. 9 ed. rev., atual, ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, 1278p. **MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**. Iêmen. Informação Ostensiva, jul, 2018. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7824995&ts=1543842107981&disposition=inline>>. Acesso em: 13 ago. 2019.

MOHAMED, Rasha. Yemen's horror exposes the deadly hypocrisy of arms exporters like the UK and the USA. **Amnesty International**, 26 ago. 2016. Disponível em: <<https://www.amnesty.org/en/latest/news/2016/08/yemens-horror-exposes-the-deadly-hypocrisy-of-arms-exporters-including-britain-and-the-u/>>. Acesso em: 06 de out. 2019.

MOHSEN, Ahlam ; AL-MOSHKI, Ali. Cabinet and Hadi Resign. **Yemen Times**. Iêmen, 22 jan 2015. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20150421001911/http://www.yementimes.com/en/1853/news/4830/Cabinet-and-Hadi-resign.htm>>. Acesso em: 05 out. 2019.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais**: Correntes e Debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 264p.

NYE JR., Joseph S. **Cooperação e conflito nas relações internacionais: Uma leitura essencial para entender as principais questões da política mundial**. Tradução: Henrique Amat Rêgo Monteiro. São Paulo: Gente, 2009. 369 p. Tradução de: Understanding Global Conflict and Cooperation: An Introduction to Theory and History. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=wos_UVXrSzMC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_atb#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 15 ago. 2019.

_____. **O Paradoxo do Poder Americano: por que a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada**. Tradução: Luiz Antonio de Araujo. São Paulo: UNESP, 2002. 296 p. Tradução de: The Paradox of American Power: Why the World's Only Superpower Can't Go It Alone.

OLIVEIRA, Bruna Pinotti Garcia; LAZARI, Rafael de. **Manual de Direitos Humanos**. 5 ed. Salvador: Juspodivm, 2019. 992p. Disponível em: <<https://www.editorajuspodivm.com.br/cdn/arquivos/b8b376937bd82b093a3ae0b6669c6e64.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2019.

PEAR, David William. Génocide au Yémen sous l'égide des États-Unis. **Mondialisation.ca**. 10 nov. 2018. 8p. Disponível em: <<https://www.mondialisation.ca/genocide-au-yemen-sous-legide>>. Acesso em: 25 fev. 2019.

PERLO-FREEMAN, Samuel. Who is arming the Yemen war? (And is anyone planning to stop?). **World Peace Foundation**, 28 fev. 2018. Disponível em: <https://sites.tufts.edu/reinventingpeace/2018/02/28/who-is-arming-the-yemen-war-and-is-anyone-planning-to-stop/#_ftn1>. Acesso em: 28 set. 2019.

RAHME, Thalia. Debunking Media Myths About the Houthis in War-Torn Yemen. **Global Voices**, 01 abr. 2015. Disponível em: <<https://globalvoices.org/2015/04/01/debunking-media-myths-about-the-houthis-in-war-torn-yemen/>> Acesso em: 05 out. 2019.

RAUBER, Beatriz Vieira et al. Coalizão Saudita na República do Iêmen: Operação Renewal of Hope. **UFRGSMUN**, Rio Grande do Sul, v. 6, 2018, pp. 256 – 309.

Disponível em: < <https://www.ufrgs.br/ufrgsmun/2018/web/files/csi-orh.pdf>>. Acesso em: 22 mai. 2019.

RIEDEL, Bruce. Who are the Houthis, and why are we at war with them? **Brookings**, 18 dez 2017. Disponível em:

<<https://www.brookings.edu/blog/markaz/2017/12/18/who-are-the-houthis-and-why-are-we-at-war-with-them/>> Acesso em: 05 out. 2019.

ROSECRANCE, Richard N. **The Rise of the Virtual State: Wealth and Power in the Coming Century**. Nova York: Basic Books, 1999. 287p.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 18 ed. Rio de Janeiro: Record, 2009

SARFATI, Gilberto. **Teorias de Relações Internacionais**. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2005. 383p.

Saudi 'Decisive Storm' waged to save Yemen. **Al Arabiya**. 25 mar. 2015. Disponível em: <<http://english.alarabiya.net/en/News/middle-east/2015/03/26/GCC-states-to-repel-Houthi-aggression-in-Yemen-statement-.html>>. Acesso em: 10 out. 2019.

Saudi and Arab allies bomb Houthi positions in Yemen. **Al Jazeera**. 26 mar. 2015. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/middleeast/2015/03/saudi-ambassador-announces-military-operation-yemen-150325234138956.html>>. Acesso em: 10 out. 2019.

Saudi-Houthi border fighting ends. **Al Jazeera**, 27 jan. 2010. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/middleeast/2010/01/2010127124547864341.html>>. Acesso em: 5 out. 2019.

SHAHEEN, Kareem. Yemen edges towards all-out civil war as rebels advance on city of Aden. **The Guardian**, Beirute, 25 mar. 2015. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2015/mar/25/yemen-edges-towards-all-out-civil-war-as-rebels-advance-on-city-of-aden>>. Acesso em: 8 out. 2019.

SILVA, Cândida Beatriz Lopes. **Dos princípios às ações?** Uma análise das (in) coerências nas respostas da comunidade internacional às crises humanitárias do Iémen e Sudão do Sul. 2018. 121f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais: Estudos da Paz, Segurança e Desenvolvimento) – Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2018.

Situation of human rights in Yemen, including violations and abuses since September 2014. **Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos**. Annual report of the United Nations High Commissioner for Human Rights and reports of the Office of the High Commissioner and the Secretary-General, 17 ago. 2018. 41p. Disponível em:

<https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/A_HRC_39_43_EN.pdf>. Acesso em: 25 out. 2019.

TAYLOR, Adam. Who are the Houthis, the group that just toppled Yemen's government? **The Washington Post**, 22 jan. 2015. Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2015/01/22/who-are-the-houthis-the-group-that-just-toppled-yemens-government/?arc404=true>>. Acesso em: 5 out. 2019.

TEJAS, Aditya. Yemeni President Abed Rabbo Mansour Hadi Flees Aden As Houthis Advance. **International Business Times**, 23 mar. 2015. Disponível em: <<https://www.ibtimes.com/yemeni-president-abed-rabbo-mansour-hadi-flees-aden-houthis-advance-1858514>>. Acesso em: 7 out. 2019.

UN envoy: Yemen on brink of civil war. **Al Jazeera**, 23 mar. 2015. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/middleeast/2015/03/envoy-yemen-brink-civil-war-150322212545073.html>>. Acesso em: 7 out. 2019.

UNIFICAÇÃO DO IÊMEN. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2019. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Unifica%C3%A7%C3%A3o_do_I%C3%Amen&oldid=55303393>. Acesso em: 28 mai. 2019.

WEAVER, Ole. Securitisation and Desecuritisation. In: LIPSCHUTZ, Rooney D. **On Security**, New directions in world politics. Nova York: Columbia University Press, 1995. p. 46-86. Disponível em: <<https://www.libraryofsocialscience.com/assets/pdf/Waever-Securitization.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

WHITLOCK, Craig. Pentagon loses track of \$500 million in weapons, equipment given to Yemen. **The Washington Post**, Washington, 17 mar. 2015. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/world/national-security/pentagon-loses-sight-of-500-million-in-counterterrorism-aid-given-to-yemen/2015/03/17/f4ca25ce-cbf9-11e4-8a46-b1dc9be5a8ff_story.html>. Acesso em: 6 out. 2019.

WONG, Kristina. Al Qaeda on rise despite U.S. support to Yemen. **The Washington Times**, 06 ago. 2013. Disponível em: <<https://www.washingtontimes.com/news/2013/aug/6/al-qaeda-on-rise-despite-us-support-to-yemen/>>. Acesso em: 6 out. 2019.

WRITER, Staff. Houthis sign deal with Sanaa to end Yemen crisis. **Al Arabiya**, 21 set. 2014. Disponível em: <<http://english.alarabiya.net/en/News/middle-east/2014/09/21/Clashes-in-Yemeni-capital-cast-doubt-on-deal-signing.html>>. Acesso em: 6 out. 2019.

Yemen crisis: Kerry warns Iran over Houthi rebel 'support'. **BBC News**, 9 abr. 2015. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-middle-east-32229316>>. Acesso em: 6 out. 2019.

Yemen mosque bombings 'could only be done by the enemies of life' president. **The Guardian**, 21 mar. 2015. Disponível em:<<https://www.theguardian.com/world/2015/mar/21/yemen-mosque-bombings-enemies-of-life-president-abedrabbo-mansour-hadi-houthi-isis-al-qaida>>. Acesso em: 7 out. 2019.

Yemen tells Shi'ite rebels to disband or face war. **Utsandiego**, 29 jan. 2007.

Disponível em:

<<https://web.archive.org/web/20150608183854/http://legacy.utsandiego.com/news/world/20070129-0318-yemen-houthi-.html>>. Acesso em: 4 out. 2019.

Yemen: US-made bomb used in deadly air strike on civilians. **Amnesty International**, 26 set. 2019. Disponível em:

<<https://www.amnesty.org/en/latest/news/2019/09/yemen-us-made-bomb-used-in-deadly-air-strike-on-civilians/>>. Acesso em: 6 out. 2019.

Yemen's Ansarullah fighters enter port of Mocha, two towns in south. **Iran Daily**, 24 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.iran-daily.com/News/114322.html?catid=3&title%3DYemen-s-Ansarullah-fighters-enter-port-of-Mocha--two-towns-in-south>>. Acesso em: 8 out. 2019.

Yemen's Houthi rebels move on strategic Gulf waterway. **The National**, 23 mar. 2015. Disponível em: <<https://www.thenational.ae/world/yemen-s-houthi-rebels-move-on-strategic-gulf-waterway-1.28194>>. Acesso em: 08 out. 2019.

Yemeni forces kill rebel cleric. **BBC News**. Reino Unido, 10 set. 2004. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/middle_east/3643600.stm>. Acesso em: 05 out. 2019.

Yemen's Hadi declares Houthi power grab illegal. **Al Jazeera**, 21 fev. 2015.

Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2015/02/yemen-leader-hadi-leaves-sanaa-weeks-house-arrest-150221090018174.html>>. Acesso em: 06 out. 2019.